

RELAÇÕES ENTRE O PARLAMENTO EUROPEU E OS PARLAMENTOS NACIONAIS DA UE

PT



RELATÓRIO ANUAL DE 2019



Parlamento Europeu

PARLAMENTOS DA UNIÃO EUROPEIA



O funcionamento da União Europeia baseia-se na democracia representativa.



751 mandatów*



Os Estados-Membros estão representados no Conselho Europeu pelo respetivo Chefe de Estado ou de Governo e no Conselho pelos respetivos Governos, eles próprios democraticamente responsáveis, quer perante os respetivos Parlamentos nacionais, quer perante os seus cidadãos.

Os cidadãos estão diretamente representados, ao nível da UE, no Parlamento Europeu.



Os Parlamentos nacionais contribuem ativamente para o bom funcionamento da União...



... sendo informados pelas instituições da UE e notificados dos projetos legislativos da UE.



... garantindo o respeito pelo princípio da subsidiariedade.



... participando nos mecanismos de avaliação do espaço de liberdade, segurança e justiça e sendo associados ao controlo político da Europol e à avaliação da Eurojust.



... participando nos processos de revisão dos Tratados da UE.



... sendo informados dos pedidos de adesão à UE.



... participando na cooperação interparlamentar entre os Parlamentos nacionais e com o Parlamento Europeu.



O Parlamento Europeu e os Parlamentos nacionais definem em conjunto a organização e a promoção de uma cooperação interparlamentar eficaz e regular ao nível da UE.



Uma conferência dos órgãos parlamentares especializados nos assuntos da União pode submeter ao Parlamento Europeu, ao Conselho e à Comissão qualquer contributo que considere adequado. Além disso, essa conferência promove o intercâmbio de informações e de melhores práticas entre os Parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu.

* Od 1 lutego 2020 r., po wyjściu Zjednoczonego Królestwa z Unii Europejskiej 31 stycznia 2020 r., Parlament Europejski liczy 705 mandatów.

Relatório anual de 2019

**Relações entre o Parlamento Europeu e os
parlamentos nacionais da UE**

Este relatório é uma publicação da Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais do Parlamento Europeu, que faz parte da Direção-Geral da Presidência do Parlamento Europeu.

Katrin RUHRMANN

Diretora

katrin.ruhrmann@europarl.europa.eu

Jesús GÓMEZ

Chefe de Unidade, Unidade do Diálogo Legislativo

jesus.gomez@europarl.europa.eu

Pekka NURMINEN

Chefe de Unidade, Unidade da Cooperação Institucional

pekka.nurminen@europarl.europa.eu

Documento completado por:

Hanneke WESTERBAAN

Administradora, Unidade do Diálogo Legislativo

hanneke.westerbaan@europarl.europa.eu

Documento terminado em 30 de abril de 2020

relnatparl@ep.europa.eu

<http://www.europarl.europa.eu/relnatparl/en/home.html>

Todas as fotografias e ilustrações ©União Europeia, salvo menção em contrário.

RELATÓRIO ANUAL DE 2019

ÍNDICE

Principais desenvolvimentos e temas da agenda interparlamentar em 2019	10
1. ÓRGÃOS INTERPARLAMENTARES INSTITUCIONAIS	15
1.1 Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União (COSAC)	15
1.2 Conferência dos Presidentes dos Parlamntos da União Europeia	17
2. CONFERÊNCIAS INTERPARLAMENTARES (CIP)	19
2.1 Semana Parlamentar Europeia (SPE), Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na União Europeia e Conferência sobre o Semestre Europeu	19
2.2 Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa (CIP PESC/PCSD)	21
3. CONTROLO E AVALIAÇÃO INTERPARLAMENTARES NO ESPAÇO DE LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA	25
3.1 Controlo parlamentar conjunto da Europol: um quadro institucional inovador para o controlo parlamentar	25
3.2 Agência Europeia para a Cooperação Judiciária Penal (Eurojust)	27
3.3 Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira	28
4. REUNIÕES INTERPARLAMENTARES	30
4.1 Reuniões Interparlamentares de Comissões (RIC)	30
4.2 Cooperação interparlamentar em matéria de ação externa da UE e assembleias parlamentares multilaterais	33
4.3 Visitas bilaterais dos parlamentos nacionais da UE ao Parlamento Europeu	34
4.4 Recurso às videoconferências para os intercâmbios bilaterais	36
5. COOPERAÇÃO LEGISLATIVA COM OS PARLAMENTOS NACIONAIS DA UE	37
5.1 O mecanismo de alerta precoce e o Protocolo n.º 2 ao Tratado de Lisboa	37
5.2 Diálogo político informal e o Protocolo n.º 1 ao TFUE	40
6. REDES E INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES	43
6.1 Intercâmbio Interparlamentar de Informação sobre a União Europeia (IPEX)	43
6.2 Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares (CEIDP)	45
6.3 Rede de representantes dos parlamentos nacionais da UE em Bruxelas	46
6.4 Seminários para o pessoal	47
7. FERRAMENTAS E ATIVIDADES DE APOIO	48
7.1 CONNECT	48
7.2 Diretório de correspondência entre comissões (CorCom)	49

7.3	Programas de apoio ao Parlamento na Presidência	49
7.4	Publicações da Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais	50
8.	DIREÇÃO DAS RELAÇÕES COM OS PARLAMENTOS NACIONAIS	52
	ANEXOS	53
	ANEXO I – Reuniões da COSAC – Temas e principais oradores em 2019	53
	ANEXO II – Reuniões interparlamentares organizadas pelas comissões do Parlamento Europeu em Bruxelas em 2019	54
	ANEXO III – Visitas dos parlamentos nacionais da UE ao Parlamento Europeu (incluindo videoconferências) em 2019	55
	ANEXO IV – Dados sobre o mecanismo de alerta precoce	61
	ANEXO V – Contributos ao abrigo do Protocolo n.º 1 – Diálogo Político Informal	62
	ANEXO VI – Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares (CEIDP)	63

Prefácio das vice-presidentes do Parlamento Europeu responsáveis pelas relações com os parlamentos nacionais da UE

O presente relatório anual de atividades da Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais apresenta um panorama e todas as atividades e de todos os desenvolvimentos no âmbito da cooperação interparlamentar com os parlamentos nacionais em 2019. Esta cooperação envolveu 41 parlamentos e assembleias nacionais dos 28 Estados-Membros, assim como o Parlamento Europeu.

O ano de 2019 foi um ano de mudança. Em maio, foi eleito um novo Parlamento Europeu com a maior taxa de participação dos últimos 20 anos. Os cidadãos europeus e, em particular, os jovens eleitores, deram um sinal forte de que desejam fazer parte da construção do futuro da União Europeia e de que a UE é importante para eles.

O ano de 2019 foi também o último ano em que o Reino Unido foi membro da UE. Embora lamentemos a decisão do Reino Unido de sair da UE, respeitamo-la. A definição das futuras relações será um dos desafios de 2020. Michel Barnier, negociador principal da UE, foi orador assíduo em muitas reuniões interparlamentares em 2019, mantendo os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu plenamente informados durante as negociações do Brexit. Não restam dúvidas de que esta excelente cooperação prosseguirá nas negociações sobre as futuras relações.

O ano de 2019 assinalou também o 10.º aniversário da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, o chamado «Tratado dos Parlamentos». O Tratado de Lisboa alterou radicalmente a cooperação interparlamentar na UE e transformou os parlamentos nacionais em intervenientes ao nível europeu. Através do mecanismo de controlo da subsidiariedade e do diálogo político informal, os parlamentos nacionais têm uma palavra a dizer sobre a legislação europeia, independentemente dos seus governos, facto que tem contribuído para reforçar a legitimidade democrática da UE.

As relações com os parlamentos nacionais continuaram a evoluir nos últimos anos. Tem-se assistido a um intenso debate interparlamentar e a trocas de pontos de vista sobre assuntos como a migração, as alterações climáticas, o Brexit e o orçamento da UE.

Além disso, o grupo de controlo parlamentar conjunto sobre a Europol, um novo fórum interparlamentar, continua a desenvolver-se desde a sua criação, em 2017.

O nosso trabalho futuro será ensombrado pela atual crise da COVID-19. A saúde e a recuperação económica serão prioritárias e o principal tema de muitos debates nos diferentes fóruns interparlamentares. Consequentemente, a cooperação entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais será mais importante do que nunca.

Temos de continuar a fazer a ponte entre o nível europeu e o nível nacional e a Conferência sobre o Futuro da Europa constituirá uma oportunidade para debater ideias e propostas para o nosso futuro comum. Mas este debate tem de ir para além de uma única conferência e devemos procurar dialogar continuamente com os cidadãos sobre o futuro da Europa.

Os parlamentos nacionais são parceiros fundamentais do Parlamento Europeu. Juntos podemos alcançar os nossos objetivos e defender os nossos valores. Nem sempre estamos de acordo sobre todos os assuntos, mas estamos unidos na defesa da democracia parlamentar europeia. Uma União Europeia forte só pode funcionar com o apoio e o contributo de parlamentos independentes, informados e com capacidade de ação.

Na nossa qualidade de vice-presidentes para as relações com os parlamentos nacionais, incentivamos o diálogo interparlamentar e esperamos poder prosseguir o nosso trabalho com os deputados nacionais para garantir que a UE continue a ser um lugar de paz e prosperidade para os seus cidadãos.

Bruxelas, março de 2020



Mairead McGuinness
Primeira-Vice-Presidente

Dita Charanzová
Vice-Presidente

Principais desenvolvimentos e temas da agenda interparlamentar em 2019

Em termos de atividades interparlamentares, 2019 ficou em grande parte marcado pelas eleições para o Parlamento Europeu, que se realizaram em maio. No segundo semestre de 2019, como é habitual no início de uma nova legislatura, quando os novos deputados se integram em grupos políticos, comissões e delegações, as atividades e os intercâmbios interparlamentares foram retomados lentamente. Esta situação refletiu-se num menor número de reuniões interparlamentares de comissões (RIC) e de visitas bilaterais em 2019.

Houve também um número menor de propostas apresentadas no âmbito dos Protocolos n.º 1 e n.º 2, devido ao número inferior de propostas legislativas no início da nova legislatura. No entanto, a cooperação interparlamentar sob a forma de Conferências de Alto Nível e estruturas institucionalizadas, como a Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União (COSAC), prosseguiu nos moldes habituais.

De janeiro de 2017 até à realização das eleições europeias, o trabalho desta Direção realizou-se sob a liderança e a orientação políticas de Antonio Tajani, presidente do PE, Mairead McGuinness e Bogusław Liberadzki, vice-presidentes do PE responsáveis pelas relações com os parlamentos nacionais, e Danuta Hübner, presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais (AFCO).

Em julho de 2019, o Parlamento Europeu elegeu David Sassoli como seu novo presidente. Mairead McGuinness foi novamente eleita como primeira vice-presidente e, juntamente com a vice-presidente Dita Charanzová, continua a ser responsável pelas relações com os parlamentos nacionais. O antigo presidente do PE, Antonio Tajani, foi eleito presidente da Comissão AFCO e da Conferência dos Presidentes das Comissões.

A cooperação interparlamentar foi amplamente apoiada a todos os níveis pelas comissões do PE, pelos órgãos políticos (principalmente a Conferência dos Presidentes e a Conferência dos Presidentes das Comissões) e pelos grupos políticos. Em 2019, alguns temas, como o Brexit e o novo quadro financeiro plurianual da UE, foram de novo objeto de debate em quase todos os fóruns interparlamentares. Assuntos como os valores comuns e o Estado de Direito, as alterações climáticas, os Balcãs Ocidentais e a Política Europeia de Vizinhança foram igualmente debatidos em diversas ocasiões, designadamente porque foram prioridades das Presidências da UE em 2019.

Em termos políticos, 2019 foi um ano em que, não só a UE, mas também muitos dos seus Estados-Membros, se depararam com eleições ou desenvolvimentos políticos cruciais. O ano em que se poderia ter assistido ao triunfo dos movimentos que reclamam a renacionalização das competências da UE foi, ao invés, um ano que superou as expectativas negativas e inverteu as tendências na afluência às urnas para as eleições europeias. A mobilização em torno da problemática do clima aumentou o interesse dos cidadãos da UE na política europeia e nas instituições da UE.

1. Um novo Parlamento Europeu

Em maio de 2019, foi eleito um novo Parlamento Europeu. Dos deputados ao Parlamento Europeu, 58 % foram eleitos pela primeira vez. Durante a reunião plenária constitutiva do PE, em julho de 2019, os deputados ao Parlamento Europeu elegeram, não só o seu Presidente, mas também os seus

14 vice-presidentes e 5 questores. As comissões recém-formadas escolheram os seus presidentes e vice-presidentes.

Na sessão plenária de setembro de 2019, o Presidente da Comissão, Jean-Claude Juncker, proferiu o seu último discurso sobre o Estado da União. No mesmo mês, o Parlamento elegeu Ursula von der Leyen como nova Presidente da Comissão, seguindo-se, pouco tempo depois, as audições dos novos comissários europeus pelas comissões responsáveis pelas respetivas pastas. O escrutínio parlamentar dos comissários indigitados é um dos papéis essenciais do Parlamento Europeu. Em novembro de 2019, o Parlamento aprovou a nova Comissão Europeia.

Em 1 de dezembro de 2019, a nova Comissão iniciou o seu mandato. A Presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, comprometeu-se a dirigir uma «Comissão geopolítica» com seis prioridades políticas principais: uma Europa mais Forte no Mundo, um Pacto Ecológico Europeu, uma Europa Preparada para a Era Digital, Uma Economia ao serviço das Pessoas, um Novo Impulso para a Democracia Europeia e a Promoção do Modo de Vida Europeu.

2. Revisão das orientações para a cooperação interparlamentar

Na Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da União Europeia, realizada em abril de 2019, em Viena, os presidentes mandataram a Presidência finlandesa para criar um grupo de trabalho encarregado de apresentar propostas de atualização técnica das orientações para a cooperação interparlamentar na União Europeia, adotadas em Lisboa em 2008.

O grupo de trabalho foi convidado a elaborar um relatório para a Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE seguinte, em Helsínquia, em 2020, tendo em vista:

- a adaptação técnica das orientações às condições vigentes, que incluía uma utilização mais rigorosa das referências aos Tratados e uma revisão linguística das orientações;
- a inclusão de novos formatos de conferência nas orientações, tais como a Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, a Coordenação Económica e Governação na União Europeia, a Conferência Interparlamentar para a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa, e o Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto da Europol;
- uma melhor utilização dos meios de comunicação modernos para facilitar a cooperação interparlamentar.

O grupo de trabalho foi criado e elaborou um projeto de proposta que deverá ser debatido no Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE 2020.

3. Contributo dos parlamentos nacionais para o debate durante as negociações sobre o Brexit

As negociações sobre a saída do Reino Unido da UE estiveram na ordem do dia de muitas reuniões interparlamentares e bilaterais em 2019. O negociador principal da UE, Michel Barnier, participou em numerosas reuniões da COSAC na qualidade de presidente. Representantes britânicos, tanto da

Câmara dos Comuns, como da Câmara dos Lordes, reuniram-se regularmente com deputados ao Parlamento Europeu e, em especial, com o coordenador do PE para o Brexit, Guy Verhofstadt, bem como outros membros do Grupo Diretor do PE sobre o Brexit.

O Parlamento Europeu organizou uma reunião interparlamentar de comissões sobre as futuras relações da UE com o Reino Unido após o Brexit, que contou com a participação de Michel Barnier, em 2 de abril de 2019.

Na reunião plenária da COSAC, realizada em Bucareste, em junho de 2019, foram apresentados argumentos em prol de relações comerciais privilegiadas pós-Brexit, destacando, em simultâneo, a necessidade de manter a integridade do mercado único. Na reunião, foi igualmente referida a indissociabilidade das quatro liberdades e o cumprimento, por parte do Reino Unido, das suas obrigações financeiras para com a UE.

Na reunião seguinte, realizada em Helsínquia, em dezembro de 2019, a COSAC consagrou uma sessão ao debate sobre o Brexit. A COSAC registou com pesar a saída iminente do Reino Unido da União Europeia. Foi manifestada preocupação pelo facto de o período transitório decidido entre Comissão e o Governo do Reino Unido deixar pouco tempo para a negociação das futuras relações entre a UE e o Reino Unido.

O Parlamento Europeu desempenhou um importante papel no processo do Brexit, dado que será o único Parlamento, para além do Parlamento do Reino Unido, a votar o Acordo de Saída. Em 29 de janeiro de 2020, o PE aprovou o Acordo de Saída. Após a votação histórica, o Presidente Sassoli afirmou: «Entristece-me profundamente pensar que chegámos a este ponto. Cinquenta anos de integração não podem ser facilmente apagados. Teremos todos de trabalhar afincadamente para construir uma nova relação, sempre centrada nos interesses e na proteção dos direitos dos cidadãos¹». O Parlamento Europeu continuará a desempenhar um papel essencial nas negociações, previstas para 2020, sobre as futuras relações da UE com o Reino Unido.

4. Quadro financeiro plurianual

O orçamento da UE para os próximos anos, o quadro financeiro plurianual (QFP) 2021-2027, continuou a ocupar um lugar de destaque nas ordens de trabalho das várias reuniões interparlamentares. O Parlamento Europeu recém-eleito confirmou, na sua resolução de 10 de outubro de 2019 sobre o QFP², a posição adotada em novembro de 2018³.

Em dezembro de 2019, a COSAC apelou à aprovação atempada e satisfatória do QFP, recordando que uma adoção tardia redundaria em atrasos na execução dos objetivos estratégicos da UE. A COSAC observou ainda que a adoção do QFP implicaria um acordo sobre uma revisão do sistema de recursos próprios da UE. A COSAC salientou a necessidade de criar mecanismos novos e objetivos para proteger os interesses financeiros da União sempre que estes sejam ameaçados pelo não respeito do Estado de Direito ou sempre que exista uma ameaça sistemática aos valores consagrados no artigo 2.º do Tratado da União Europeia.

1 [Comunicado de imprensa de 29 de janeiro de 2020, intitulado «Brexit: Parlamento Europeu aprova Acordo de Saída do Reino Unido da UE».](#)

2 [Resolução do Parlamento Europeu de 10 de outubro de 2019 intitulada «Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 e recursos próprios: é tempo de satisfazer as expectativas dos cidadãos».](#)

3 [Resolução do Parlamento Europeu de 14 de novembro de 2018 sobre o Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 - Posição do Parlamento com vista a um acordo.](#)

5. Direitos fundamentais e Estado de Direito

Na sua reunião plenária de dezembro de 2019, a COSAC recordou que a União se funda nos valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de Direito e do respeito pelos direitos do Homem, incluindo os direitos das pessoas pertencentes a minorias. Na perspetiva da COSAC, o Estado de Direito é fundamental para a legitimidade da UE aos olhos dos seus cidadãos. A COSAC defendeu, por conseguinte, que a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia assumira um papel importante na garantia de que os direitos humanos sejam respeitados no exercício quotidiano das funções da UE.

Na mesma reunião, a COSAC considerou que, já que todos os Estados-Membros se comprometeram, através do Tratado da União Europeia, a defender o Estado de Direito, todos devem aceitar um controlo transparente e imparcial e uma análise inter pares da situação do Estado de Direito nos Estados-Membros. A COSAC afirmou que, sempre que as deficiências do Estado de Direito comprometam o funcionamento do mercado único ou a aplicação das políticas europeias, a União e os seus Estados-Membros têm motivos legítimos para se preocuparem e adotarem as medidas adequadas.

O Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto (GCPC) da Europol permite que os parlamentos nacionais controlem a Europol juntamente com o Parlamento Europeu, para assegurar que a agência seja plenamente responsável e transparente. O GCPC exerce um controlo político das atividades da Europol, em especial no que respeita ao impacto das suas atividades nos direitos e nas liberdades fundamentais das pessoas singulares. Em 2019, a quarta reunião do GCPC da Europol pôs a tónica na situação e nas atividades do Centro de Informações sobre Viajantes da Europol (ETIC) e do Centro Europeu da Cibercriminalidade (EC3). Na quinta reunião do GCPC da Europol, o debate temático centrou-se nas prioridades da Europol em matéria de gestão da informação (ver capítulo 3.1).

6. Política de vizinhança e alargamento

Os deputados dos parlamentos nacionais e os deputados ao Parlamento Europeu debateram em profundidade as relações da UE com os países vizinhos. A primeira sessão plenária da Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa (CIP PESC/PCSD), realizada em Bucareste em 7 de março de 2019, foi consagrada à avaliação da Parceria Oriental por ocasião do seu 10.º aniversário. Os deputados dos parlamentos nacionais e os deputados ao PE debateram com um representante do Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE) os desafios que a região enfrenta atualmente e a necessidade de reforçar a resiliência e as estruturas sociais dos países da Parceria Oriental.

Na sua reunião de abril de 2019, a Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da União Europeia concordou que a estabilidade nos Balcãs Ocidentais era essencial para a estabilidade de todo o continente. A Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da União Europeia reafirmou a perspetiva europeia dos países dos Balcãs Ocidentais e o seu empenho no alargamento da União Europeia.

Reconheceu igualmente as realizações notáveis da Parceria Oriental. A Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da União Europeia aprovou a cooperação entre a União Europeia e os seis Estados da Europa Oriental que participam na Parceria Oriental e manifestou o seu apoio aos esforços que visam a resolução sustentável e pacífica dos conflitos na Vizinhança Oriental.

Na reunião da Conferência dos Presidentes dos Paramentos da União Europeia, foi ainda afirmado que os Estados-Membros da UE e os países parceiros da UE da Vizinhança Meridional enfrentaram inúmeros desafios comuns, nomeadamente no que diz respeito aos fluxos migratórios, às alterações climáticas, ao desenvolvimento sustentável e à luta contra o terrorismo e a criminalidade internacional, que só poderiam ser superados através de uma cooperação regional intensiva.

Em 24 de outubro de 2019, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução⁴ na qual manifestou a sua profunda deceção com a ausência de acordo sobre a abertura de conversações de adesão à UE com a Albânia e a Macedónia do Norte na Cimeira da UE de 17 e 18 de outubro de 2019.

Em 4 de dezembro de 2019, a Comissão dos Assuntos Externos (AFET) coorganizou uma reunião interparlamentar de comissões com a Unidade de Diálogo Legislativo, que incluiu uma sessão sobre o alargamento subordinada ao tema «O futuro do alargamento – como ultrapassar o défice de credibilidade e promover reformas». A reunião foi um seguimento da RIC realizada em abril de 2019, no âmbito da qual a política europeia de vizinhança e a política de alargamento, entre outros temas, já tinham sido debatidos. A reunião de dezembro constituiu uma boa oportunidade para os deputados nacionais e os deputados ao PE realizarem uma primeira troca de pontos de vista com Josep Borrell, Vice-Presidente da Comissão/Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança (VP/AR), e Olivér Várhelyi, Comissário responsável pela Política Europeia de Vizinhança e Negociações de Alargamento.

7. Política climática

A Comissão von der Leyen deu a conhecer um plano para alcançar a neutralidade climática na UE até 2050. Antes da sua apresentação na sessão plenária de dezembro de 2019, o PE tinha aprovado uma resolução, em 28 de novembro de 2019⁵, na qual solicitava à Comissão que garantisse que todas as propostas fossem alinhadas com o objetivo de 1,5 °C. Foi também solicitado à UE que reduzisse as emissões em 55% até 2030, para atingir neutralidade climática até 2050. Por último, na sua resolução, o Parlamento Europeu apelava à redução global das emissões nos sectores marítimo e da aviação.

Na sua reunião plenária de dezembro de 2019, em Helsínquia, a COSAC observou que a aplicação de uma política climática desse tipo exigia investimentos significativos em toda a União Europeia e medidas adequadas para atenuar eventuais dificuldades causadas pela transição para um modelo económico inteligente em termos climáticos. A COSAC sugeriu também que a Comissão explorasse a utilização do mecanismo do Semestre Europeu como instrumento para incentivar a aplicação efetiva dos objetivos em matéria de clima e dos objetivos de desenvolvimento sustentável estabelecidos na Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável.

Na sequência da CIP PESC/PCSD realizada em Helsínquia, em setembro de 2019, os copresidentes fizeram uma declaração conjunta na qual salientaram que as preocupações em matéria de segurança climática devem ser integradas na política externa da UE, incluindo o comércio externo. Os copresidentes apelaram também aos Estados-Membros para que assumam um papel de maior relevo na aplicação efetiva das convenções internacionais, como o Acordo de Paris sobre as alterações climáticas.

4 [Resolução do Parlamento Europeu, de 24 de Outubro de 2019, sobre a abertura das negociações de adesão com a Macedónia do Norte e a Albânia.](#)

5 [Resolução do Parlamento Europeu, de 28 de novembro de 2019, sobre a emergência climática e ambiental.](#)

1. ÓRGÃOS INTERPARLAMENTARES INSTITUCIONAIS

1.1 Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União (COSAC)



A COSAC, ou Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União, foi constituída em novembro de 1989, em Paris. Destaca-se por ser o único fórum interparlamentar consagrado nos Tratados (Protocolo n.º 1 relativo ao papel dos parlamentos nacionais na União Europeia). O parlamento do Estado-Membro que exerce a Presidência rotativa do Conselho desempenha o papel principal na definição do rumo e dos trabalhos da COSAC. Uma Troica presidencial, de que o Parlamento Europeu é membro permanente, apoia a COSAC. A Presidência conta com o apoio estrutural de um pequeno secretariado gerido pelo PE e chefiado por um funcionário destacado de um parlamento nacional («membro permanente»).

Ver: www.ipex.eu



Antonio Tajani, presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais, e Mairead McGuinness, primeira vice-presidente do Parlamento Europeu, na reunião dos Presidentes da COSAC, em Helsínquia, 21 – 22 de julho de 2019 ©parleu2019.fi

Em 2019, as reuniões da COSAC colocaram uma forte ênfase nas eleições europeias, na renovação do Parlamento Europeu e na subsequente renovação das demais instituições da UE. Esta ênfase refletiu-se, não só nos debates sobre as futuras ordens de trabalhos e na composição das instituições, mas também nos debates sobre a transparência das instituições e a sua proximidade com os cidadãos da UE. O debate de longa data sobre o papel, as ambições, as obrigações e os recursos próprios da UE e sobre a sua relação com a comunidade internacional, os Estados-Membros e os seus próprios cidadãos teve um novo impulso com as eleições europeias.

O processo do Brexit continuou a avançar e a ocupar um lugar de destaque nas ordens de trabalhos de muitas reuniões. A transparência, o caráter inclusivo e a competência do negociador principal da UE, Michel Barnier, assim como a sua disponibilidade para comunicar em tempo útil os desenvolvimentos significativos à COSAC, foram unanimemente apreciados. Foi também devidamente registada a determinação do PE em preservar a unidade da UE-27 e o seu papel na garantia da paz na Europa e dos direitos e liberdades dos cidadãos.

As realidades políticas, institucionais e sociais específicas das presidências romena e finlandesa tiveram uma clara influência no conteúdo e na atmosfera dos debates.



A Presidência romena debruçou-se sobre as relações comerciais internacionais da UE, a futura relação entre o Reino Unido e a UE, o Espaço Europeu da Educação, a inovação e o progresso tecnológico e o seu impacto na Europa social (as datas e os temas das quatro reuniões da COSAC encontram-se elencadas no anexo 1).

Os intercâmbios mais importantes durante a reunião plenária da COSAC, em Helsínquia, centraram-se na Conferência para o Futuro da Europa (CFE).



O tema não constava inicialmente da ordem de trabalhos da reunião, mas foi acrescentado com pouca antecedência, devido à necessidade de uma modificação de última hora da ordem de trabalhos e ao facto de o PE ter começado a desenvolver as suas próprias ideias sobre a CFE. O debate permitiu que todas as delegações expressassem claramente as suas expectativas em relação à CFE. Apesar da divergência de pontos de vista, os parlamentos nacionais manifestaram uma vontade clara de participar plenamente na conferência. Outro tema que permitiu um intercâmbio particularmente alargado foi o Estado de Direito, com vista à introdução de possíveis novos mecanismos da UE neste domínio. Cumpre, em especial, salientar que durante o debate nenhuma delegação nacional contestou a competência da UE neste domínio e que ninguém pôs em dúvida a necessidade de salvaguardas objetivas e comuns.

O ano de 2019 foi um ano complexo para a delegação do PE em resultado das eleições e da sua influência nas agendas dos deputados e na mudança de funções e papéis no Parlamento renovado. Não obstante, a delegação do PE consolidou a sua parceria de longa data com os parlamentos que exercem a Presidência do Conselho, com vista à criação de uma parceria estável e alicerçada na confiança, que visa encontrar posições comuns aceitáveis para todos.

Principais desenvolvimentos em 2019:

- A delegação do PE reforçou as relações proveitosas com os parlamentos que a Presidência e consolidou o papel da Troica na obtenção de um amplo consenso.

1.2 Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da União Europeia

A Conferência Anual dos Presidentes dos Parlamentos da UE (a Conferência) tem por base as diretrizes de Estocolmo, adotadas em 2010. Estas prevêm uma reunião anual, organizada pelo Estado-Membro que detém a presidência no segundo semestre de um determinado ano e realizada durante a presidência da primavera do ano seguinte. A Conferência adota conclusões da presidência não vinculativas. Além disso, tem por função supervisionar a coordenação das atividades interparlamentares da UE.

A ordem do dia é preparada no âmbito de uma reunião dos secretários-gerais dos parlamentos da União Europeia.

Ver: www.ipex.eu



Wolfgang Sobotka, Presidente do Conselho Nacional da Áustria; Mauri Pekkarinen, Vice-Presidente do Parlamento finlandês; Mairead McGuinness, primeira Vice-Presidente do Parlamento Europeu; Henn Põlluaas, Presidente do Riigikogu (Parlamento da Estónia); Ingo Appé, Presidente do Conselho Federal da Áustria © Parlamento austríaco.

A Conferência anual dos Presidentes dos Parlamentos da União Europeia teve lugar em Viena, em 8 e 9 de abril de 2019. A reunião foi presidida por Wolfgang Sobotka, Presidente do Conselho Nacional da Áustria, e por Ingo Appé, Presidente do Conselho Federal da Áustria. O Parlamento Europeu esteve representado pela sua primeira Vice-Presidente, Mairead McGuinness. Mairead McGuinness proferiu um discurso na sessão de abertura da conferência, após as alocações de boas-vindas dos dois presidentes austríacos.

No seu discurso, Mairead McGuinness referiu-se ao Brexit, apelando a uma política de compromisso e não de conflito. A Vice-Presidente destacou os desafios que a UE enfrenta, nomeadamente as alterações climáticas e o futuro do trabalho na era da digitalização e da inteligência artificial, e afirmou que a UE constituía a melhor forma de enfrentar estes desafios em conjunto. Na iminência das eleições europeias, o primeira Vice-Presidente lançou um apelo para que, tanto o Parlamento Europeu, como os parlamentos nacionais trabalhassem em estreita colaboração, tendo em vista uma elevada taxa de participação dos eleitores. Mairead McGuinness acrescentou que a UE e os Estados-Membros tinham de trabalhar em conjunto para garantir regras contra as fontes de desinformação externa, redes sociais concebidas para manipular a opinião pública e a utilização ilegal dos dados pessoais dos cidadãos para influenciar as intenções de voto ⁶.

A Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da União Europeia debateu dois temas. A primeira sessão foi consagrada à União Europeia e aos seus vizinhos e centrou-se na perspetiva de alargamento dos países dos Balcãs Ocidentais e na Parceria Oriental e na situação na região do Sul do Mediterrâneo. A segunda sessão foi dedicada à União Europeia antes das eleições europeias de 2019 e ao aprofundamento da cooperação entre os parlamentos nacionais e as instituições europeias.

As conclusões⁷ da Conferência anual dos Presidentes dos Parlamentos da União Europeia visaram a política de vizinhança e o alargamento, as eleições europeias, os valores europeus, a resiliência democrática e a subsidiariedade.

Por último, a Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da União Europeia conferiu à Presidência finlandesa um mandato para instituir um grupo de trabalho tendo em vista apresentar propostas de atualização técnica das Orientações para a Cooperação Interparlamentar na União Europeia, adotadas em Lisboa, em 2008. Os presidentes solicitaram ainda à Presidência finlandesa que preparasse, no formato que considerasse adequado, um documento de entendimento comum para a reunião interparlamentar de comissões sobre a avaliação da Eurojust, no que diz respeito aos aspetos não abrangidos pelo Regulamento (UE) 2018/1727⁸. Os resultados de ambos os assuntos seriam apresentados durante a Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da União Europeia, em Helsínquia, de 17 a 19 de maio de 2020.

Principais desenvolvimentos em 2019:

- A Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da União Europeia centrou o seu debate no alargamento e na cooperação interparlamentar.
- Mandatou a Presidência finlandesa para atualizar as Orientações para a Cooperação Interparlamentar na União Europeia (adotadas em Lisboa em 2008).

6 https://www.parlament.gv.at/ENGL/ZUSD/PDF/EU2018_Minutes_Conference_EU_Speakers_EN.pdf

7 [Conference of Speakers of the European Union Parliaments, 8-9 April 2019, Vienna – Conclusions of the Presidency](#)

8 [Regulamento \(UE\) 2018/1727 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de novembro de 2018, que cria a Agência da União Europeia para a Cooperação Judiciária Penal \(Eurojust\), e que substitui e revoga a Decisão 2002/187/JAI do Conselho.](#)

2. CONFERÊNCIAS INTERPARLAMENTARES (CIP)

2.1 Semana Parlamentar Europeia (SPE), Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na União Europeia e Conferência sobre o Semestre Europeu

A Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação e Governação Económica na União Europeia (estabelecida nos termos do artigo 13.º da Conferência do Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária [Pacto Orçamental]) proporciona um quadro para o debate e o intercâmbio de informações e de boas práticas na aplicação das disposições do Tratado e visa reforçar a cooperação entre os parlamentos nacionais da UE e o Parlamento Europeu. A conferência contribui também para assegurar a responsabilidade democrática em matéria de governação económica e orçamental na UE e, em particular, na União Económica e Monetária, tendo em conta a dimensão social, e sem prejuízo das competências dos parlamentos nacionais e do PE.

A Conferência sobre o Semestre Europeu constitui uma oportunidade para trocar informações sobre as práticas de excelência na aplicação dos ciclos do Semestre Europeu e reforçar a cooperação destinada a fiscalizar as ações dos executivos, quer a nível nacional, quer a nível europeu, no contexto do Semestre Europeu.

Em conjunto, as conferências inscrevem-se na Semana Parlamentar Europeia, que congrega deputados de toda a União Europeia, para debater assuntos económicos, orçamentais e sociais. Ambas as conferências conquistaram um espaço regular no calendário da cooperação interparlamentar e passaram a ser verdadeiros fóruns para debates interparlamentares sobre estes domínios intervenção cada vez mais importantes.

The 2019 EPW, co-organised by the European Parliament and the Romanian Presidency, took place A edição de 2019 da SPE, coorganizada pelo Parlamento Europeu e pela Presidência romena, teve lugar em 18 e 19 de fevereiro de 2019, em Bruxelas, e contou com a participação de 128 deputados dos parlamentos nacionais. Com exceção de um, todos os parlamentos nacionais da UE estiveram representados, juntamente com observadores dos países candidatos à adesão à UE (Albânia, Montenegro, Sérvia, Macedónia do Norte e Turquia), para além de convidados especiais da Noruega e da Suíça. A elevada taxa de participação foi um dos elementos que contribuíram para o êxito da oitava edição da SPE em 2019.

Os participantes foram convidados a debater e a trocar pontos de vista sobre as prioridades económicas, orçamentais e sociais. Os temas debatidos na Conferência sobre o Semestre Europeu contribuíram para o objetivo de uma cooperação ainda mais estreita entre os deputados dos parlamentos nacionais da UE e o Parlamento Europeu sobre assuntos relacionados com o Semestre Europeu. Os temas mais recorrentes nos debates foram a conclusão da União Bancária, nomeadamente o Sistema Europeu de Seguro de Depósitos, que estabelece um orçamento comum para a área do euro, de molde a estabilizar as economias em períodos mais difíceis, a alteração do Mecanismo Europeu de Estabilidade e o reforço da responsabilização democrática.

O debate sobre o Semestre Europeu foi seguido de três RIC paralelas (organizadas pelas comissões BUDG, ECON e EMPL)⁹, que abordaram uma série de temas, como o próximo quadro financeiro

⁹ A Comissão dos Orçamentos, a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários e a Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais.

plurianual (QFP), os novos recursos próprios para o orçamento da UE, a União Bancária, a fiscalidade e o combate ao branqueamento de capitais, as novas formas de emprego e as medidas adotadas pelos Estados-Membros para as pessoas com deficiência.

A CIP sobre estabilidade, coordenação económica e governação na UE debruçou-se sobre a convergência, a estabilização e a coesão na União Económica e Monetária, em especial os novos programas da UE para apoiar o investimento e o acesso ao financiamento no âmbito do novo QFP, o orçamento proposto para a área do euro, a proposta para a criação do Fundo Monetário Europeu e as prioridades de investimento para o período pós-2020.

O 20.º aniversário do euro (# Euroat20) foi celebrado na presença de convidados de alto nível. O Presidente do Eurogrupo, Mário Centeno, o Vice-Presidente do Banco Central Europeu, Luis de Guindos, e o Comissário dos Assuntos Económicos e Financeiros, Fiscalidade e União Aduaneira, Pierre Moscovici, intervieram na conferência. O animado debate entre os deputados dos parlamentos nacionais da UE e o Parlamento Europeu foi concluído com um discurso do Presidente do PE, Antonio Tajani, que confirmou que uma das suas prioridades era aproximar as políticas e as instituições da UE dos cidadãos e que os parlamentos nacionais desempenham um papel fundamental na consecução deste objetivo.

Todos os debates contribuíram para o objetivo de reunir os deputados dos parlamentos nacionais da UE e do Parlamento Europeu, tendo em vista uma colaboração mais estreita em torno de assuntos relacionados com o Semestre Europeu.

Como é habitual no segundo semestre, a CIP sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na União Europeia teve lugar em 30 de setembro e 1 de outubro de 2019, durante a Presidência Finlandesa, em Helsínquia. A reunião reuniu 106 deputados e 75 funcionários. A delegação do recém-eleito Parlamento Europeu era composta por seis deputados.

A conferência centrou-se numa troca de pontos de vista sobre quatro temas:

1. Governação económica na União Económica e Monetária e Mecanismo Europeu de Estabilidade;
2. Acelerar o crescimento e o emprego na Europa;
3. Medidas de promoção do investimento, da inovação e do desenvolvimento sustentável;
4. Como apoiar a inovação para um crescimento sustentável.



Cartaz da Semana Parlamentar Europeia,
2019 ©EU_EP

Para além de oradores dos parlamentos nacionais da UE, do Parlamento Europeu e das instituições da UE, os oradores do meio académico e do sector privado contribuíram com as suas perspetivas específicas para o debate. Os quatro debates refletiram o grande interesse dos parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu nestes temas.



O Presidente do PE, Antonio Tajani, pronuncia o seu discurso na Conferência sobre o Semestre Europeu, em Bruxelas, 19 de fevereiro de 2019 ©UE_PE .

Principais desenvolvimentos em 2019:

- Pelo segundo ano consecutivo, o programa da SPE concentrou-se num dia e meio, juntando a Conferência do Semestre Europeu com a CIP sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na UE; este formato revelou-se muito propício a um debate animado e conciso.

2.2 Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa (CIP PESC/PCSD)

Estabelecida em 2012 através de uma decisão da Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE, a Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa (CIP PESC/PCSD) é a plataforma interparlamentar de debate sobre a política externa, de segurança e de defesa da União Europeia. Esta Conferência é organizada duas vezes por ano pelo parlamento do Estado-Membro da UE que exerce a presidência rotativa do Conselho, em estreita cooperação com o Parlamento Europeu, e nela participam habitualmente deputados de toda a União Europeia. Além disso, a Comissão AFET do Parlamento Europeu convida frequentemente os parlamentos nacionais para as suas reuniões em Bruxelas, como complemento do diálogo interparlamentar neste domínio de intervenção crucial.

Em 2019, a 14.^a e a 15.^a edições da CIP PESC/PCSD realizaram-se em Bucareste (6 a 8 de março) e em Helsínquia (4 a 6 de setembro). Em ambas as reuniões, as delegações do PE foram constituídas por membros da Comissão dos Assuntos Externos e da Subcomissão da Segurança e da Defesa, tendo sido presididas pelo deputado David McAllister, presidente da Comissão AFET.

Participaram na CIP PESC/PCSD realizada em Bucareste 119 deputados dos parlamentos de 27 Estados-Membros da UE e do Parlamento Europeu. Poucos meses antes das eleições europeias, os participantes debateram os desafios atuais em matéria de política externa e de segurança, tais como a segurança da região do Mar Negro, as relações da UE com os seus Vizinhos de Leste e o futuro da política externa da UE pós-Brexit. A reunião teve lugar no contexto da dimensão parlamentar da Presidência romena do Conselho e foi organizada conjuntamente pelo Parlamento romeno e pelo Parlamento Europeu.

Foram organizados seminários sobre os seguintes assuntos:

- o futuro da PESC e da PCSD à luz da saída do Reino Unido da UE;
- a estratégia da UE para a região do Danúbio;
- cibersegurança e guerra híbrida;
- mobilidade militar – um desafio para desenvolver sinergias entre a OTAN e a UE.

Na declaração final, os copresidentes reafirmaram que havia chegado o momento de a UE desenvolver uma verdadeira PESC para promover os seus interesses, princípios e valores face aos desafios crescentes, nomeadamente na sua vizinhança. Os instrumentos disponíveis devem ser utilizados de forma mais eficaz e os Estados-Membros devem dar prioridade às posições unificadas da UE. É necessário que as ambições da UE sejam satisfeitas mediante um empenhamento adequado em termos de processos decisórios.

Em 8 de março de 2019, à margem da CIP, foi aprovada uma Declaração das Mulheres Parlamentares, que foi apresentada em sessão plenária para assinalar o Dia Internacional da Mulher.



Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa (CIP PESC/PCSD) em Bucareste, 6 a 8 de março de 2019 ©ro2019.eu

Durante o segundo semestre de 2019, a CIP teve lugar em Helsínquia com a presença de 193 parlamentares dos Estados-Membros da UE, do Parlamento Europeu, dos países candidatos à UE e dos países convidados. Na sequência da primeira sessão com o Presidente da Finlândia, Sauli Niinistö – que falou sobre os desafios em matéria de segurança na região do Mar Báltico e do Ártico –, os participantes debateram as prioridades da UE no domínio da PESC e da PCSD com a VP/AR, Federica Mogherini, por videoconferência. Seguiu-se um debate interativo com os deputados do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais, sobre as atividades atuais e em curso da UE no domínio da PESC e da PCSD. Carl Bildt, antigo primeiro-ministro da Suécia, refletiu sobre as relações transatlânticas com os participantes. Outros temas debatidos incluíram a defesa da UE, as ameaças híbridas, as ameaças à segurança relacionadas com as alterações climáticas, o Irão e os Balcãs Ocidentais.

Durante a conferência, foram organizados seminários específicos sobre os seguintes temas:

1. Evolução política nos Balcãs Ocidentais;
2. Luta contra as ameaças híbridas: avaliação das políticas e instrumentos da UE;
3. Irão – opções para a UE e o futuro do acordo nuclear.

Na sua declaração final, os copresidentes recordaram que «ao longo das duas últimas décadas, três quartos dos nossos cidadãos mostraram-se constantemente a favor duma defesa europeia mais comum» e que «a União Europeia ainda tem de dar resposta a essa exigência». Também apoiaram a ideia de que a cooperação da UE em matéria de defesa deve continuar a ser coordenada com a NATO. Acolheram com agrado as propostas da Presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, no sentido de aumentar o financiamento da ação externa no novo QFP 2021-2027.



Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa (CIP PESC/PCSD), Helsínquia, 4 a 6 de setembro de 2019 ©parleu2019.fi.

Os copresidentes encorajaram a Comissão e a VP/AR a «fazerem das análises sobre os riscos híbridos um instrumento normalizado da ação externa da UE» e sublinharam «a necessidade de a UE permanecer uma fonte de informação fiável e de avaliações baseadas em factos». Salientaram que «as preocupações em matéria de segurança climática devem ser integradas em toda a carteira de política externa, incluindo o comércio externo». Por fim, apelaram também aos Estados-Membros para que assumam um papel mais forte na aplicação efetiva das convenções internacionais, como o Acordo de Paris sobre as alterações climáticas.

Principais desenvolvimentos em 2019:

- O presidente da comissão AFET propôs a reintrodução de conclusões e uma série de inovações processuais (por exemplo, a introdução de um «debate de urgência» sobre um tema a definir no início de cada CIP; a utilização dos procedimentos do «cartão azul» e do pedido espontâneo de uso da palavra («catch-the-eye»), com vista a revigorar os debates;
- A CIP PESC/PCSD em Helsínquia constituiu uma oportunidade para os deputados europeus recém-eleitos participarem nos trabalhos da CIP.

3. CONTROLO E AVALIAÇÃO INTERPARLAMENTARES NO ESPAÇO DE LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA

3.1 Controlo parlamentar conjunto da Europol: um quadro institucional inovador para o controlo parlamentar



O artigo 88.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) permite, pela primeira vez, que os parlamentos nacionais exerçam, conjuntamente com o Parlamento Europeu, o controlo de uma agência da UE que opera no espaço de liberdade, segurança e justiça. Tendo por base o [Regulamento Europol](#), que entrou em vigor em 1 de maio de 2017, o grupo de controlo parlamentar conjunto (GCPC) da Europol foi criado para garantir a plena responsabilização e transparência da Europol. As principais responsabilidades do grupo de controlo estão enunciadas no artigo 51.º do Regulamento Europol, que define o seu papel no acompanhamento político das atividades da Europol, com especial destaque para o impacto das mesmas nas liberdades e direitos fundamentais das pessoas singulares.

O GCPC reúne duas vezes por ano: no primeiro semestre, no parlamento do país que exerce a presidência rotativa do Conselho da UE e, no segundo semestre, no Parlamento Europeu.

A segurança é uma das responsabilidades fundamentais dos parlamentos. Já se registaram progressos significativos no sentido da criação dum espaço de liberdade, segurança e justiça para os cidadãos da UE. A segurança é um domínio de competência partilhada entre a UE e os Estados-Membros, em que a cooperação é importante para aumentar o intercâmbio de informações e combater as ameaças de natureza transfronteiriça, preservando ao mesmo tempo os direitos fundamentais.

Ao longo dos anos, a Europol tem prestado um apoio indispensável, em conformidade com a sua missão de apoiar e reforçar a ação dos Estados-Membros na prevenção e combate à criminalidade grave que afete dois ou mais Estados-Membros, bem como ao terrorismo. Para tirar pleno partido do potencial da Europol, o Parlamento Europeu pediu repetidamente que esta se tornasse uma plataforma para o intercâmbio de informações em matéria de aplicação da lei e que fossem aumentados os seus recursos.

A quarta e quinta reuniões do GCPC foram organizadas em 2019 e tiveram um grande êxito.

A quarta reunião do GCPC foi organizada conjuntamente pelo Parlamento romeno e pelo Parlamento Europeu, a 24 e 25 de fevereiro de 2019, em Bucareste¹⁰. No segundo semestre, o Parlamento Europeu e o Parlamento finlandês organizaram conjuntamente a quinta reunião do GCPC, que se realizou a 23 e 24 de setembro de 2019 nas instalações do Parlamento Europeu em Bruxelas¹¹.

¹⁰ A reunião do GCPC de Bucareste contou com a presença de mais de 66 deputados, em representação de 34 câmaras e 26 Estados-Membros, bem como dos sete deputados da delegação do Parlamento Europeu ao GCPC.

¹¹ A reunião do GCPC em Bruxelas contou com a presença de 65 deputados nacionais, em representação de 34 câmaras e 25 Estados-Membros. O Parlamento Europeu esteve representado no GCPC por 16 deputados.



Quarta reunião do GCPC, em Bucareste, em 24 e 25 de fevereiro de 2019 ©ro2019.eu

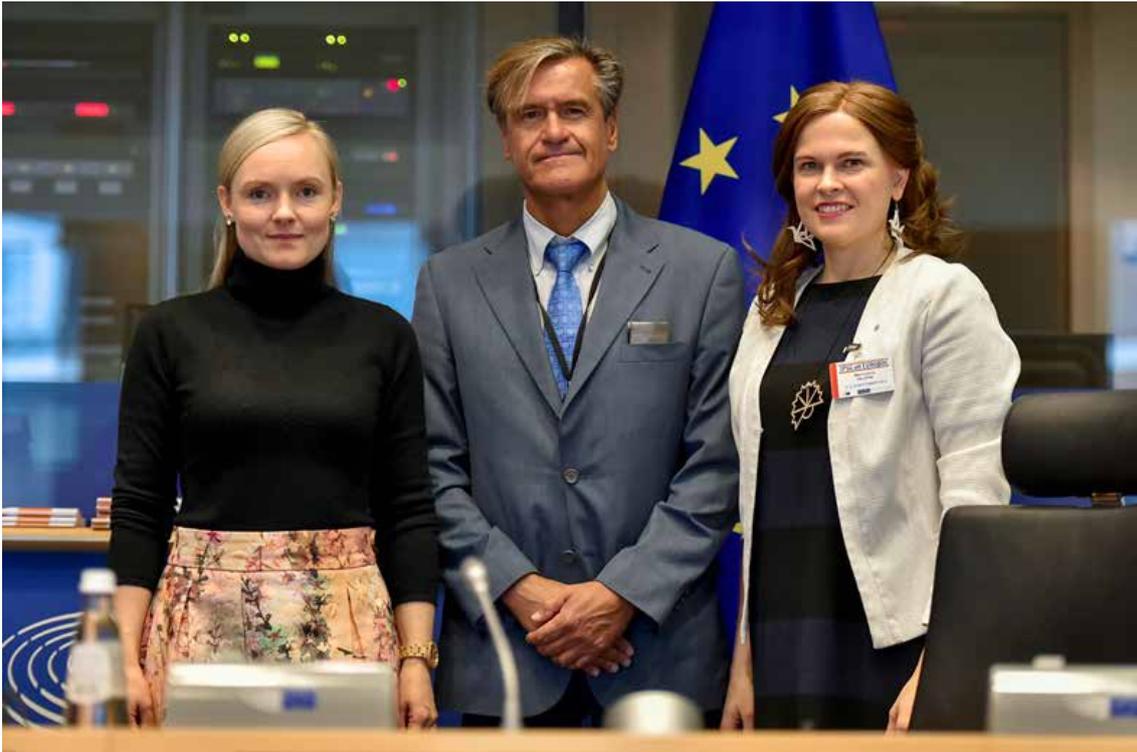
As ordens do dia das reuniões do GCPC incluem tradicionalmente temas permanentes, nomeadamente trocas de pontos de vista aprofundadas com o Diretor Executivo da Europol sobre as atividades e os desafios da Europol, bem como sobre o seu programa de trabalho plurianual. Estes intercâmbios são completados por apresentações do presidente do Conselho de Administração da Europol e por um relatório do representante do GCPC nas reuniões do Conselho de Administração. Outros dos principais oradores regulares são a Autoridade Europeia para a Proteção de Dados e o presidente do Conselho de Cooperação da Europol, que informam os delegados sobre as últimas novidades em matéria de proteção dos dados pessoais no que diz respeito às atividades da Europol. Às apresentações segue-se uma sessão de perguntas e respostas.

Para além dos temas regulares acima referidos, são organizados debates temáticos. A escolha dos temas está em consonância com as prioridades de controlo do GCPC. A quarta reunião pôs a tónica na situação e nas atividades do Centro de Informações sobre Viajantes da Europol (ETIC) e do Centro Europeu da Cibercriminalidade (EC3). Na quinta reunião, o debate temático centrou-se nas prioridades em matéria de gestão da informação da Europol. A Ministra do Interior da Finlândia, Maria Ohisalo, fez um discurso salientando a necessidade de reforçar os sistemas de informação da UE e a sua interoperabilidade para melhorar a gestão das fronteiras.

Sir Julian King, Comissário responsável pela União da Segurança e um convidado habitual desde a criação do GCPC, discursou em ambas as reuniões, informando os delegados sobre o vasto âmbito de ação da UE neste domínio.

Os mais notáveis desenvolvimentos processuais de 2019 foram a promoção do Parlamento da Dinamarca de «observador» do GCPC a «membro com direitos limitados no GCPC»¹² e a revisão do Regimento.

12 A Dinamarca já não é membro da Europol, agência de aplicação da lei da UE, desde 2017, na sequência de um referendo em que os dinamarqueses votaram contra a alteração da cláusula de autoexclusão da Dinamarca em matéria de justiça e assuntos internos. Consequentemente, a Dinamarca assinou um novo acordo de cooperação com a agência. No GCPC, o Parlamento dinamarquês não participará na tomada de decisões, mas a sua posição será registada. As reuniões do GCPC não se realizarão na Dinamarca quando esta exercer a presidência rotativa do Conselho e os deputados dinamarqueses não serão elegíveis para nomeação como representante do GCPC no Conselho de Administração da Europol.



Maria Ohisalo, Ministra do Interior finlandesa, e os copresidentes do GPCP, Juan Fernando López Aguilar e Mari-Leena Talvitie ©EU_EP.

Principais desenvolvimentos em 2019:

- O grupo de trabalho do GPCP sobre a representação da Dinamarca nas reuniões do GPCP concluiu o seu trabalho com êxito;
- As câmaras continuaram a exercer o seu direito de apresentar perguntas escritas à Europol e pediram esclarecimentos adicionais sobre o procedimento de apresentação;
- A revisão do regulamento interno teve lugar durante a quinta reunião do GPCP, dois anos após a reunião constitutiva deste e no prazo fixado pela Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE. A reflexão e o trabalho sobre questões não resolvidas irão prosseguir, possivelmente no âmbito de um grupo de trabalho específico.

3.2 Agência Europeia para a Cooperação Judiciária Penal (Eurojust)

O Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais da UE lançaram um processo de reflexão com vista à instituição da sua avaliação parlamentar conjunta das atividades da Eurojust, prevista no artigo 85.º do TFUE.

Desde a sua criação em 2002, a Eurojust tornou-se um interveniente central na cooperação judiciária em matéria penal. O TFUE estabeleceu uma nova base jurídica para o futuro desenvolvimento da Eurojust. Em 2018, o PE e o Conselho adotaram um novo regulamento relativo à Eurojust, tendo em vista a definição de um quadro jurídico único e renovado para uma nova Agência de Cooperação em Matéria de Justiça Penal (Eurojust) de pleno direito.

O Regulamento Eurojust estabelece um novo sistema de governação, clarifica a relação entre a Eurojust e a Procuradoria Europeia, prescreve um novo regime de proteção de dados, adota novas regras para as relações externas da Eurojust e reforça o papel do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais da UE no controlo democrático das atividades da Eurojust.

A fim de aumentar a transparência e o controlo democrático da Eurojust, o regulamento revisto prevê um mecanismo para a avaliação conjunta das atividades da Eurojust pelo PE e pelos parlamentos nacionais da UE. Essa avaliação deverá ter lugar no âmbito de uma reunião interparlamentar realizada nas instalações do Parlamento Europeu, em Bruxelas, com a participação de membros das comissões competentes do PE e dos parlamentos nacionais. Na reunião, deverá ser respeitada a independência da Eurojust no que toca às medidas a tomar em casos operacionais específicos e à obrigação de discrição e confidencialidade.

O Regulamento Eurojust foi aprovado em dezembro de 2018, mas só entrou em vigor em dezembro de 2019, permitindo que a Eurojust e os Estados-Membros se preparassem para a aplicação das novas regras.

Principais desenvolvimentos em 2019:

- A Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE de 2019 pediu à presidência seguinte, a finlandesa, a preparação de um documento comum de entendimento para a reunião interparlamentar sobre a avaliação da Eurojust, no que diz respeito aos aspetos não abrangidos pelo Regulamento (UE) 2018/1727, de modo a que a Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE de 2020, em Helsínquia, pudesse chegar a conclusões sobre estas questões;
- A Presidência finlandesa elaborou uma nota nesse sentido, que foi debatida na reunião dos Secretários-Gerais dos Parlamentos da União Europeia de 26 e 27 de janeiro de 2020, em Helsínquia.

3.3 Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira

A cooperação interparlamentar sobre o controlo da Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira (GEFC) é o desenvolvimento mais recente das relações parlamentares no domínio da justiça e dos assuntos internos. O novo Regulamento relativo à GEFC¹³, proposto pela Comissão Europeia em 2018 e aprovado em 2019, é um elemento importante da abordagem global da UE em matéria de migração e gestão das fronteiras. O regulamento visa dar resposta aos desafios migratórios e às potenciais ameaças futuras nas fronteiras externas e assegurar um elevado nível de segurança interna, salvaguardando ao mesmo tempo a livre circulação de pessoas na União.

A GCFE é composta pelas *autoridades nacionais* e pela *Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira*. Os parlamentos nacionais têm poderes de controlo das autoridades nacionais competentes, que lhes foram atribuídos pelos sistemas constitucionais nacionais dos Estados-Membros. O Parlamento Europeu é responsável pelo controlo da GCFE, em conformidade com os Tratados.

¹³ [Regulamento \(UE\) 2019/1896 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de novembro de 2019, relativo à Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira, que revoga os Regulamentos \(UE\) n.º 1052/2013 e \(UE\) 2016/1624.](#)

O artigo 112.º do Regulamento (UE) 2019/1896, que trata da cooperação interparlamentar, prevê que:

«1. A fim de ter em conta a natureza específica da Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira, que é constituída pelas autoridades nacionais e pela Agência, bem como assegurar o controlo eficaz da Agência por parte do Parlamento Europeu, e das respetivas autoridades nacionais por parte dos parlamentos nacionais, tal como previsto nos Tratados e no direito nacional, respetivamente, o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais podem cooperar no âmbito do artigo 9.º do Protocolo n.º 1 sobre o papel dos parlamentos nacionais na União Europeia, anexo ao TEU e ao TFUE^[14].

2. Sempre que convidados pelo Parlamento Europeu e pelos parlamentos nacionais reunidos no contexto do n.º 1, o diretor-executivo e o presidente do conselho de administração participam em tais reuniões.

3. A Agência transmite o seu relatório anual de atividades aos parlamentos nacionais.»

A cooperação interparlamentar prevista para a GCFE tem um âmbito diferente, mais restrito do que o do GCPC da Europol ou da reunião interparlamentar sobre a avaliação das atividades da Eurojust.

O âmbito e a natureza das várias formas de cooperação interparlamentar no domínio da justiça e dos assuntos internos são bastante diferentes. As disposições práticas, adaptadas à especificidade de cada mandato, assegurarão que as disposições de controlo sejam plenamente aplicadas com os efeitos pretendidos pelos legisladores.

14 O artigo 9.º do Protocolo n.º 1 sobre o papel dos parlamentos nacionais na União Europeia, anexo ao Tratado de Lisboa, afirma que «o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais [...] definem em conjunto a organização e a promoção de uma cooperação interparlamentar eficaz e regular ao nível da União».

4. REUNIÕES INTERPARLAMENTARES

4.1 Reuniões Interparlamentares de Comissões (RIC)

As comissões do Parlamento Europeu organizam anualmente até 20 RIC, convidando as comissões correspondentes dos parlamentos nacionais para debater questões específicas. Outras reuniões interparlamentares são organizadas pelo Parlamento do Estado-Membro que exerce a presidência do Conselho.

As RIC demonstraram ser uma forma muito eficaz de os deputados do Parlamento Europeu partilharem pontos de vista com os seus homólogos nacionais. As RIC não são apenas um fórum de intercâmbio sobre questões legislativas, contribuindo assim para legislar melhor, mas também uma plataforma para debater questões políticas de interesse comum e reunir com o VP/AR e os comissários europeus. As RIC são coorganizadas por iniciativa de uma ou mais comissões do Parlamento Europeu, com o apoio da Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais.

Em 2019, devido às eleições europeias, só foram organizadas sete RIC¹⁵ por cinco comissões parlamentares diferentes, proporcionando debates entre 232 deputados dos parlamentos nacionais e 190 do Parlamento Europeu.

A comissão AFET realizou duas RIC. Em 2 de abril de 2019, organizou uma RIC sobre política externa e de segurança da UE, que foi dividida em três sessões. A primeira sessão foi dedicada a uma troca de pontos de vista sobre o futuro da PESC. As principais questões debatidas foram os desafios que a UE enfrenta atualmente, as posições dos Estados-Membros em relação à votação por maioria qualificada no Conselho sobre a PESC e a necessidade de a UE se concentrar numa liderança mais forte em termos de política externa e de segurança.

A segunda sessão da RIC concentrou-se nas futuras relações da UE com o Reino Unido após o Brexit e contou com a participação de Michel Barnier, negociador-chefe da UE. Michel Barnier afirmou: «Estou convicto de que podemos concluir estas negociações do Brexit numa forma positiva para que a UE possa responder aos inúmeros desafios que se estão a tornar ainda mais graves: alterações climáticas, economia, guerra tecnológica, migração e defesa europeia». A terceira sessão debateu o caminho a seguir na política europeia de vizinhança (PEV) e na política de alargamento com o Comissário responsável pela Política Europeia de Vizinhança e Negociações de Alargamento, Johannes Hahn.

Por ocasião do Dia Internacional da Mulher de 2019, a Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros (FEMM), juntamente com a Unidade do Diálogo Legislativo da Direção para as Relações com os Parlamentos Nacionais, convidou os membros dos parlamentos nacionais dos Estados-Membros da UE a participar numa RIC sobre o poder das mulheres na política.

15 Incluindo três RIC organizadas no âmbito da Semana Parlamentar Europeia (ver 2.1).



RIC por ocasião do Dia Internacional da Mulher de 2019 © UE/PE.

O evento foi organizado em torno de dois temas. O primeiro painel debateu a questão do poder real das mulheres na política e a forma de o impulsionar. Um segundo foi dedicado às jovens mulheres na política. Esta RIC proporcionou um fórum global para o intercâmbio de experiências e boas práticas para promover a representação das mulheres na política. A VP/AR, Federica Mogherini, fez as observações finais. Assinalou a atual reação negativa contra a igualdade de género e afirmou que os homens devem contribuir para a sua consecução.



Debate interparlamentar animado sobre o Semestre Europeu e o seu impacto nas economias nacionais ©UE-PE.

Em 24 de setembro de 2019, a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON) convidou os parlamentos nacionais da UE para uma RIC para debaterem as recomendações específicas por país. O debate centrou-se na execução das prioridades do Semestre Europeu de 2019, bem como nas prioridades da Análise Anual do Crescimento para 2020, que constituirão a base para o Semestre Europeu do próximo ano.



David McAllister, presidente da comissão AFET, Josep Borrell, VP/AR, e Witold Jan Waszczykowski, vice-presidente da comissão AFET, na RIC coorganizada pela Unidade do Diálogo Legislativo e pela comissão AFET em 4 de dezembro de 2019©UE-PE.

Em 4 de dezembro de 2019, a comissão AFET organizou uma segunda RIC. Esta permitiu um primeiro intercâmbio entre a nova liderança da UE e parlamentares dos parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu, no início da nova legislatura.

Participaram na reunião Josep Borrell, o novo VP/AR, e Olivér Várhelyi, Comissário responsável pela Política Europeia de Vizinhança e Negociações de Alargamento.

No anexo II encontra-se uma lista das RIC organizadas por comissões do Parlamento Europeu em 2019, bem como dados estatísticos mais pormenorizados.

Principais desenvolvimentos em 2019:

- Em 2019, foram realizadas menos RIC do que o habitual devido às eleições europeias e à formação do novo Parlamento.

4.2 Cooperação interparlamentar em matéria de ação externa da UE e assembleias parlamentares multilaterais

Com base na vasta experiência adquirida através da cooperação no âmbito das comissões, em 2019, a Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais prestou apoio e facilitou as relações com os parlamentos nacionais da UE no domínio da ação externa da UE.

O interesse na cooperação e no intercâmbio de boas práticas no domínio da ação externa da UE continuou a aumentar, tanto do lado do PE como dos parlamentos nacionais.

A 6.^a Cimeira dos Presidentes (no contexto do G20) e a 15.^a sessão plenária da Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo (AP-UpM) foram organizadas pelo Parlamento Europeu em Estrasburgo, em 13 e 14 de fevereiro de 2019. Ambos os eventos, organizados pela Unidade Euromed e Médio Oriente (Direção das Regiões – Direção-Geral das Políticas Externas da União (DG EXPO)), foram inaugurados pelo Presidente Antonio Tajani e concentraram-se nos desafios da migração e dos refugiados em ambos os lados do Mediterrâneo.

Estas questões suscitaram um debate animado entre os participantes, tanto na Cimeira dos Presidentes como na reunião plenária da AP-UpM. O Comissário para a Migração, Assuntos Internos e Cidadania, Dimitris Avramopoulos, e o Secretário-Geral da União para o Mediterrâneo, Nasser Kamel, também discursaram perante a Cimeira dos Presidentes.

A Turquia assumiu a presidência da AP-UpM em substituição do Parlamento Europeu no final da reunião plenária. O plenário decidiu estabelecer a sede da AP-UpM em Roma, sendo que as disposições práticas a este respeito continuarão sob a presidência turca da AP-UpM.

Dado que 2019 foi o ano das eleições europeias, a cooperação interparlamentar no domínio da ação externa da UE foi reduzida. No entanto, a Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais trabalhou em estreita colaboração com a DG EXPO no âmbito do programa de bolsas de pré-adesão para os parlamentos dos Balcãs Ocidentais e acolheu um funcionário do parlamento montenegrino para uma visita de estudo. Esta iniciativa proporcionou a oportunidade de experimentar o trabalho do Parlamento Europeu e a cooperação interparlamentar na UE.

De 5 a 7 de setembro de 2019, a primeira vice-presidente, Mairead McGuinness, participou na reunião dos parlamentos do G7 em Brest (França), onde representou o Presidente do PE, David Sassoli.

Em 24 e 25 de outubro de 2019, a Conferência Europeia dos Presidentes dos Parlamentos foi organizada pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE), em Estrasburgo. O Conselho da Europa acolheu cerca de 60 presidentes, juntamente com outros 300 delegados dos Estados-Membros do Conselho da Europa e dos países parceiros, bem como de outras assembleias internacionais. O Parlamento Europeu esteve representado pela sua vice-presidente, Dita Charanzová.



Discurso de abertura de Liliane Maury Pasquier na Conferência Europeia dos Presidentes dos Paramentos em Estrasburgo, em 24 de outubro de 2019 ©Conselho da Europa.

Principais desenvolvimentos em 2019:

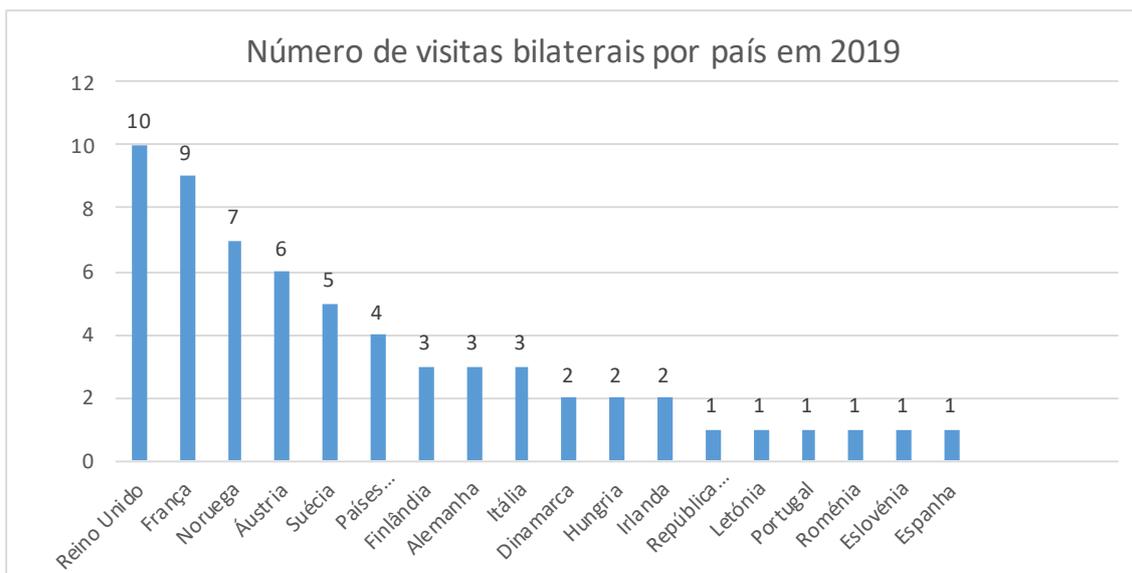
- Continuação da cooperação com a DG EXPO no quadro do programa de bolsas de pré-adesão;
- Estabelecimento de um calendário indicativo das assembleias parlamentares multilaterais mais relevantes, envolvendo o PE e os parlamentos nacionais (União Interparlamentar, APCE, Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa, etc.), com vista a facilitar as relações entre o PE e os parlamentos nacionais envolvidos.

4.3 Visitas bilaterais dos parlamentos nacionais da UE ao Parlamento Europeu

As visitas bilaterais são um instrumento e uma forma de diálogo interparlamentar entre os deputados dos parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu que estão em constante evolução. Este formato constitui um quadro altamente focalizado, adaptado, flexível e eficiente em termos de custos e de tempo para o debate sobre questões que suscitam preocupação a um parlamento nacional específico.

Em 2019, o número de visitas bilaterais (62) foi inferior ao do ano anterior, o que se deveu bastante às eleições europeias, durante as quais o Parlamento esteve suspenso e o trabalho legislativo abrandou. O Parlamento Europeu recebeu um número elevado de visitas do Parlamento do Reino Unido (10), da Assembleia Nacional francesa (9), da Noruega (7) e da Áustria (6).

As negociações sobre o Brexit influíram claramente nos temas e na frequência das visitas bilaterais do Parlamento do Reino Unido em 2019.



Número de visitas bilaterais por país em 2019

As visitas de delegações francesas estiveram, em grande medida, relacionadas com os dossiês legislativos da UE em curso.

O parlamento norueguês confirmou o seu interesse na UE e no PE, mais especificamente, enviando sete delegações a diferentes organismos e deputados do PE em 2019. O interesse do parlamento norueguês também pode ser visto à luz do Brexit, uma vez que o modelo norueguês – ou uma eventual adesão do Reino Unido ao Espaço Económico Europeu (EEE), um acordo internacional que permite alargar o mercado único da União Europeia a Estados terceiros – se apresentava em 2019 como uma opção possível para as futuras relações entre a UE e o Reino Unido.

As visitas do Conselho Nacional da Áustria visaram, em grande medida, reforçar as relações de trabalho com o PE. As delegações austríacas visitaram também o Centro de Visitantes do Parlamento Europeu e a Casa da História Europeia, a fim de recolher contributos e ideias para o relançamento do centro de visitantes do Parlamento austríaco em Viena.

Além disso, foram organizadas visitas específicas para os deputados e peritos dos países que assumem a Presidência da UE pela primeira vez, no âmbito dos programas de apoio ao «Parlamento na Presidência» (ver capítulo 7.3).

Ocasionalmente e mediante pedido, a Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais organiza visitas de estudo para reforço das capacidades destinadas ao pessoal de parlamentos/câmaras que se encontrem em processo de adaptação ou modernização da sua organização e expressem interesse no funcionamento do PE.

O anexo III disponibiliza uma lista exaustiva de todas as visitas, incluindo videoconferências, de parlamentos nacionais ao Parlamento Europeu organizadas em 2019 com o apoio da Direção.

Principais desenvolvimentos em 2019:

- As visitas bilaterais diminuíram de 90, em 2018, para 62, em 2019, devido às eleições europeias.

4.4 Recurso às videoconferências para os intercâmbios bilaterais

A videoconferência proporciona novas oportunidades e pode facilitar a cooperação interparlamentar. O Parlamento Europeu oferece uma solução técnica que permite a realização de videoconferências com excelente qualidade de imagem e som, bem como a interpretação para várias línguas. O recurso à videoconferência permite contactos mais regulares entre os deputados, assim como a redução do tempo de viagem e dos custos das deslocações em serviço, tendo ainda carácter ecológico. Em suma, constitui uma ferramenta de organização de reuniões que é eficaz em termos de custos.



As videoconferências no Parlamento Europeu © UE-PE

A videoconferência poderá vir a complementar as reuniões interparlamentares mais tradicionais. A presidência finlandesa organizou um grupo de trabalho para atualizar as orientações para a cooperação interparlamentar na UE¹⁶. O grupo de trabalho reconheceu e comunicou que uma melhor utilização dos meios de comunicação modernos poderia facilitar ainda mais a cooperação interparlamentar, tanto num contexto bilateral como multilateral.

Principais desenvolvimentos em 2019:

- Em 2019, foram organizadas três videoconferências no contexto da cooperação interparlamentar.
- A utilização da videoconferência ainda tem sido bastante limitada, em parte devido a condicionalismos técnicos e à falta de equipamento adequado em alguns parlamentos nacionais.

16 [Enhanced interparliamentary cooperation through modern technology.](#)

5. COOPERAÇÃO LEGISLATIVA COM OS PARLAMENTOS NACIONAIS DA UE

5.1 O mecanismo de alerta precoce e o Protocolo n.º 2 ao Tratado de Lisboa

De acordo com o princípio da subsidiariedade (consagrado no artigo 5.º do TUE), nos domínios que não sejam da sua competência exclusiva a União tem de intervir apenas se e na medida em que os objetivos da ação considerada não possam ser suficientemente alcançados pelos Estados-Membros, podendo por isso ser mais bem alcançados ao nível da União. Os parlamentos nacionais velam pela observância do princípio da subsidiariedade de acordo com o processo previsto neste Protocolo. Em virtude do princípio da proporcionalidade, o conteúdo e a forma da ação da União não devem exceder o necessário para alcançar os objetivos dos Tratados.

O Protocolo n.º 2 relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade estabelece um mecanismo de revisão, o sistema de alerta precoce. Qualquer parlamento nacional pode – no prazo de oito semanas a contar da data de transmissão de um projeto de ato legislativo – dirigir aos Presidentes do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão um parecer fundamentado em que exponha as razões pelas quais considera que o projeto em questão não obedece ao princípio da subsidiariedade.

5.1.1 Mecanismo de alerta precoce

No que respeita ao mecanismo de alerta precoce, os documentos apresentados pelos parlamentos nacionais são considerados de acordo com as seguintes categorias¹⁷:

1. Pareceres fundamentados: se tiverem sido recebidos no prazo de oito semanas referido no artigo 6.º do Protocolo n.º 2 ao Tratado de Lisboa¹⁸ e indicarem uma inobservância do princípio da subsidiariedade;
2. Contributos: quando não preenchem os critérios acima referidos.

Se os pareceres fundamentados representarem pelo menos um terço dos votos atribuídos aos parlamentos nacionais, o projeto deve ser reapreciado («cartão amarelo»). A instituição autora do projeto de ato legislativo pode decidir mantê-lo, alterá-lo ou retirá-lo, fundamentando a decisão tomada. No que se refere aos projetos de atos legislativos sobre a cooperação policial ou judiciária em matéria penal, este limiar é inferior (um quarto dos votos).

¹⁷ Ver o documento da Conferência dos Presidentes das Comissões, de 15 de dezembro de 2010, sobre uma abordagem comum para o tratamento, a nível das comissões, dos pareceres fundamentados dos parlamentos nacionais e de outros contributos dos parlamentos nacionais.

¹⁸ Artigo 6.º do Protocolo n.º 2 relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade: «Qualquer Parlamento nacional ou qualquer das câmaras de um desses parlamentos pode, no prazo de oito semanas a contar da data de envio de um projeto de ato legislativo, nas línguas oficiais da União, dirigir aos presidentes do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão um parecer fundamentado em que exponha as razões pelas quais considera que o projeto em questão não obedece ao princípio da subsidiariedade. Cabe a cada um dos parlamentos nacionais ou a cada uma das câmaras de um Parlamento nacional consultar, nos casos pertinentes, os parlamentos regionais com competências legislativas.

Se, no contexto do processo legislativo ordinário, pelo menos uma maioria simples dos votos atribuídos aos parlamentos nacionais colocar em causa a conformidade de uma proposta legislativa com o princípio da subsidiariedade e a Comissão decidir manter a sua proposta, a questão é reenviada ao legislador (Parlamento Europeu e Conselho). Caso o legislador considere que a proposta legislativa não é compatível com o princípio da subsidiariedade, poderá rejeitá-la por uma maioria de 55% dos membros do Conselho ou pela maioria dos votos expressos no Parlamento Europeu («cartão laranja»). Até à data, o procedimento de «cartão amarelo» foi acionado três vezes¹⁹, enquanto que o procedimento de «cartão laranja» nunca foi utilizado.

No Parlamento Europeu, a Comissão dos Assuntos Jurídicos (JURI) é responsável pelo controlo do cumprimento do princípio da subsidiariedade²⁰. De seis em seis meses, um membro da comissão é nomeado relator permanente para a subsidiariedade, com base na rotação entre os grupos políticos.

Angel Dzhambazki (ECR) desempenhou o papel de relator permanente para a subsidiariedade durante o primeiro semestre de 2019, seguido de Nacho Sánchez Amor (S&D) no segundo semestre do ano. A comissão JURI também elabora regularmente um relatório sobre o relatório anual da Comissão sobre a subsidiariedade e a proporcionalidade.

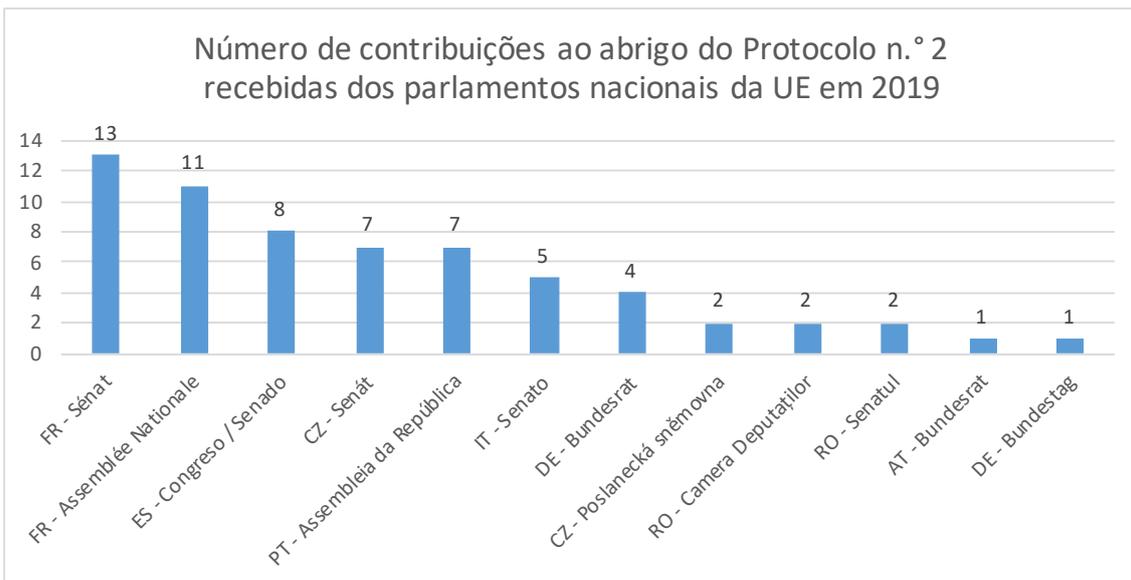
Antonio Tajani, presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais, e Nacho Sánchez Amor, relator permanente para a subsidiariedade na comissão JURI, participaram como oradores principais na 9.ª Conferência sobre a Subsidiariedade, intitulada «Subsidiariedade Ativa: Criar valor acrescentado europeu em conjunto», realizada em 22 de novembro de 2019, em Roma. A conferência foi organizada em conjunto pelo Comité das Regiões Europeu e pela Conferência dos Presidentes dos Parlamentos Regionais italianos.

5.1.2 Comunicações dos parlamentos nacionais da UE

Em 2019, o PE recebeu apenas 63 comunicações dos parlamentos nacionais no âmbito do Protocolo n.º 2 relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade. Todas as 63 comunicações foram contributos e não foram apresentados pareceres fundamentados. Em 2018, o PE recebeu 473 comunicações, das quais 46 eram pareceres fundamentados e 427 eram contributos. Esta diminuição de 87% nas comunicações entre 2019 e 2018 pode ser explicada pelo facto de a oitava legislatura do PE ter chegado ao seu termo em 2019 e de a maioria das propostas legislativas estar na sua fase de adoção final. Além disso, entre janeiro e abril de 2019, os parlamentos nacionais receberam apenas 14 propostas legislativas ao abrigo do Protocolo n.º 2.

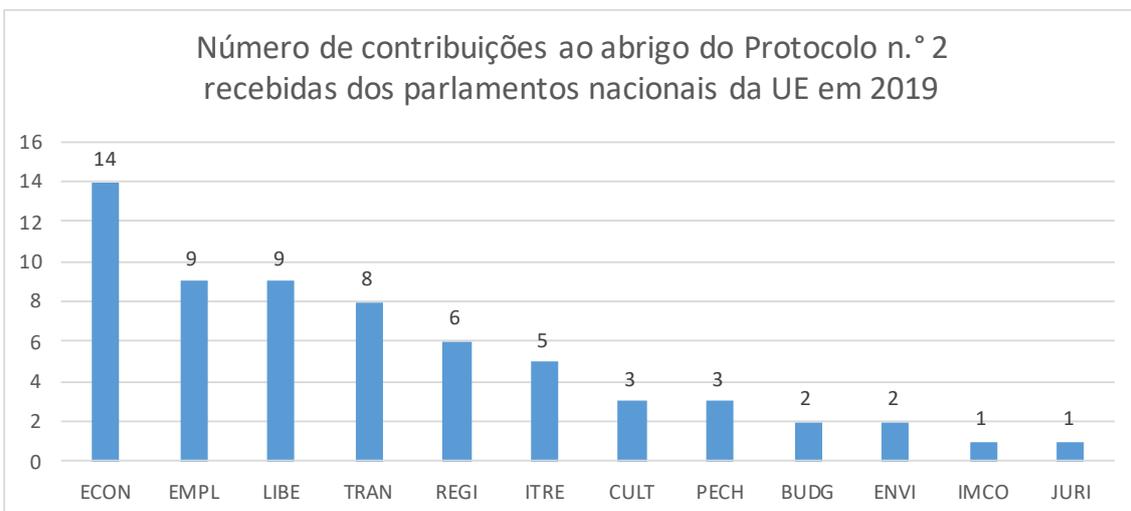
19 O procedimento de «cartão amarelo» foi utilizado em 2012, quando a Comissão apresentou uma proposta de regulamento do Conselho relativo ao exercício do direito de ação coletiva no contexto da liberdade de estabelecimento e da liberdade de prestação de serviços («Monti II»). A Comissão acabou por retirar a proposta, considerando, no entanto, que não se tinha verificado uma infração ao princípio da subsidiariedade. Foi novamente utilizado em 2013, após a apresentação da proposta de regulamento que institui a Procuradoria Europeia. A Comissão decidiu [manter a proposta](#), argumentando que era conforme com o princípio da subsidiariedade. Voltou a ser utilizado em 2016, contra a [proposta de revisão da Diretiva relativa ao destacamento de trabalhadores](#). A Comissão avançou numerosas [razões](#) para manter a sua proposta, considerando que a mesma não violava o princípio da subsidiariedade porque o destacamento de trabalhadores é, por natureza, uma questão transfronteiriça.

20 os termos do Anexo V, ponto XVI, do Regimento do Parlamento Europeu, a Comissão dos Assuntos Jurídicos tem competência em matéria de «interpretação, aplicação e acompanhamento do direito da União e conformidade dos atos da União com o direito primário, nomeadamente a escolha das bases jurídicas e o respeito dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade».



Número de contributos dos Parlamentos em 2019, por secção. Não houve pareceres fundamentados.

Em 2019, apenas 12 das 41 câmaras apresentaram contributos. Os mais ativos foram o Parlamento francês (13 do Senado e 11 da Câmara dos Deputados), o Parlamento espanhol (8), o Senado checo (7) e o Parlamento português (7).



Número de contributos recebidos em comissão. Não houve pareceres fundamentados.

As comissões que receberam mais contributos foram a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, a Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, a Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos e a Comissão dos Transportes e do Turismo.

No período desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa (dezembro de 2009-dezembro de 2019), foi enviado aos parlamentos nacionais um total de 887 projetos de atos legislativos, para apreciação, nos termos do Protocolo n.º 2 do Tratado de Lisboa. Em resposta, o Parlamento Europeu recebeu 3 335 comunicações dos Parlamentos nacionais. Dessas, 474 (14%) eram pareceres fundamentados, enquanto as restantes 2 861 eram contributos sobre o conteúdo das propostas.

Os parlamentos nacionais utilizaram o Protocolo n.º 2 como um meio para exprimir os seus pontos de vista sobre a matéria de fundo da proposta e não tanto sobre a subsidiariedade. Tal reflete o seu desejo de participarem mais ativamente no verdadeiro processo legislativo.

A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais fornece aos deputados (em especial aos relatores), aos órgãos políticos e aos serviços do PE conhecimentos específicos e *briefings* sobre as comunicações dos parlamentos nacionais ao longo de todo o ciclo legislativo, que serviram como contributo para a elaboração de relatórios das comissões e para as negociações do trílogo com o Conselho. A Direção também gere a base de dados CONNECT, que contém todos os pareceres fundamentados e contributos recebidos dos parlamentos nacionais (ver 7.1)²¹.

Principais desenvolvimentos em 2019:

- Houve menos propostas legislativas para examinar à medida que a legislatura se aproximava do seu termo. Os esforços legislativos concentraram-se na finalização e adoção de propostas.

5.1.3 Nota mensal sobre o ponto da situação

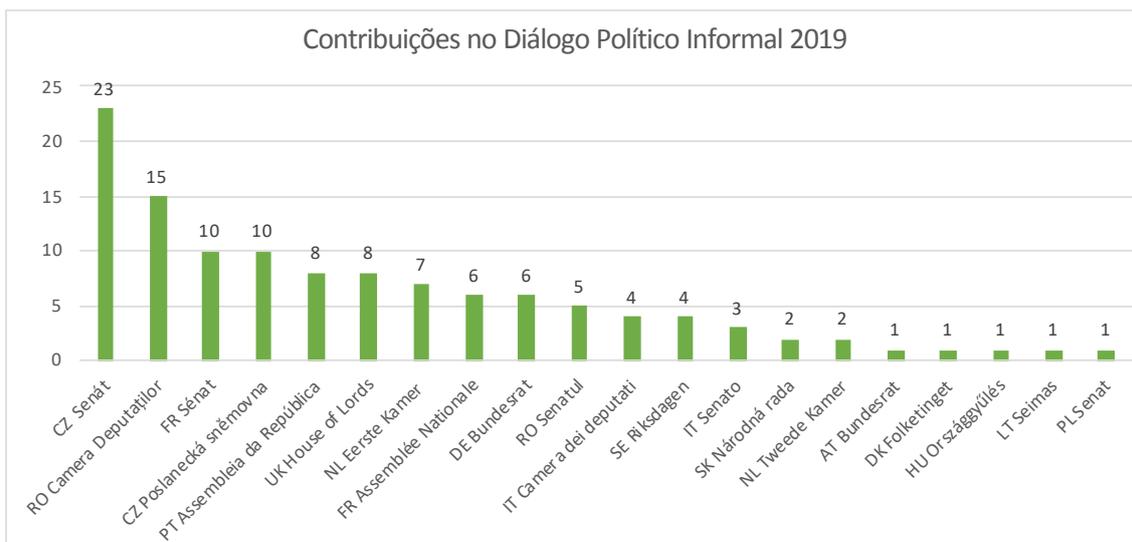
A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais também produz mensalmente uma «State of Play Note» (Nota sobre o ponto da situação) sobre os pareceres fundamentados e contributos apresentados ao abrigo do Protocolo n.º 2. Cada nota apresenta um panorama de todos os documentos apresentados desde a nota anterior e remete para todos os dossiês legislativos inscritos na ordem do dia do período de sessões seguinte do PE. As notas são igualmente incluídas nos dossiês das reuniões da Conferência dos Presidentes das Comissões do PE, que se realizam na terça-feira de cada período de sessões em Estrasburgo. As notas sobre o ponto da situação são igualmente publicadas antes de cada período de sessões do PE no sítio Web da Direção.

5.2 Diálogo político informal e o Protocolo n.º 1 ao TFUE

O Protocolo n.º 1 ao TFUE permite aos parlamentos nacionais apresentarem observações sobre ficheiros legislativos da competência exclusiva da União Europeia, bem como sobre uma grande diversidade de documentos não legislativos, nomeadamente documentos relacionados com debates em curso a nível europeu, livros verdes, livros brancos, ou comunicações da Comissão. Estes contributos são tratados no âmbito do «diálogo político informal».

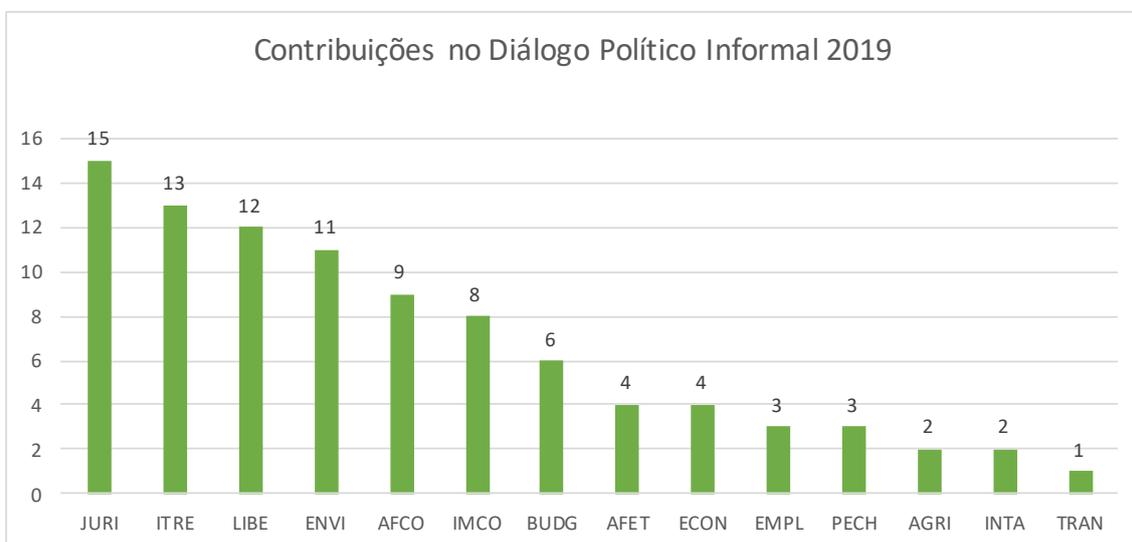
Em 2019, os parlamentos nacionais da UE continuaram a utilizar ativamente esta ferramenta, tendo apresentado 118 contributos. Neste contexto, os quatro parlamentos/câmaras mais ativos em 2019 foram o Senado checo (23), a Câmara dos Deputados romena (15), o Senado francês (10) e a Câmara dos Deputados checa (10).

21 A base de dados pode ser consultada no seguinte endereço: <https://www.europarl.europa.eu/relnatparl/en/connect/welcome.html>



Número de contributos dos Parlamentos em 2019, por secção.

No total, 93 dos contributos foram atribuídas a comissões. As quatro comissões que receberam mais contributos do diálogo político informal foram a Comissão dos Assuntos Jurídicos (JURI) com 15, a Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia (ITRE) com 13, a Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos (LIBE) com 12 e a Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar (ENVI) com 11.



Número de contributos dos Parlamentos em 2019, por comissão²².

Desde 2009, o PE recebeu cerca de 2 268 contributos de parlamentos nacionais da UE ao abrigo do Protocolo n.º 1, que também estão publicadas na base de dados CONNECT²³. O anexo V contém dados estatísticos sobre os contributos recebidos em 2019 ao abrigo do diálogo político informal.

²² No gráfico relativo às comissões faltam 20 pareceres próprios e 5 pareceres conjuntos que não foram atribuídos às comissões.

²³ <http://www.connefop.europarl.europa.eu/connefop/app/?protocol=1>

Principais desenvolvimentos em 2019:

- O número de contributos apresentados no âmbito do diálogo político informal diminuiu 30%, tendo passado de 259 em 2018 para 118 em 2019. Esta diminuição foi, muito provavelmente, resultado do termo da legislatura (as eleições europeias tiveram lugar em maio de 2019), quando a atividade legislativa das instituições da UE abrandou consideravelmente.
- Atualmente, é mais frequente os parlamentos nacionais fornecerem uma síntese em inglês dos seus contributos ao abrigo do Protocolo n.º 2 e do Protocolo n.º 1, o que facilita o trabalho dos legisladores.

6. REDES E INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES

6.1 Intercâmbio Interparlamentar de Informação sobre a União Europeia (IPEX)



O Intercâmbio Interparlamentar de Informação sobre a União Europeia (IPEX) tem por objetivo apoiar a cooperação interparlamentar ao proporcionar uma plataforma e uma rede para o intercâmbio eletrônico de informações relacionadas com a UE entre os parlamentos da UE. O IPEX foi lançado como uma iniciativa dos parlamentos nacionais da UE e desenvolvido com a assistência técnica do Parlamento Europeu. Em 2019, 41 câmaras de 28 parlamentos nacionais, bem como o Parlamento Europeu, utilizaram o IPEX nas suas atividades quotidianas. O IPEX é constantemente aperfeiçoado, de molde a satisfazer as necessidades em constante evolução dos seus utilizadores.

O IPEX tem sido caracterizado de diversas formas, nomeadamente como uma «ferramenta», uma «plataforma» e uma «rede». Estas três definições são a prova da sua evolução. A transição do IPEX de uma ferramenta para uma rede tem sido lenta, mas está agora a concretizar-se.

Ver: www.ipex.eu

O ano de 2019 marcou a finalização da Estratégia Digital do IPEX e do primeiro Programa de Trabalho do IPEX.

Foram criados três grupos de trabalho para analisar as seguintes questões:

- Reforçar a promoção do IPEX (presidido por um membro do pessoal do Parlamento Federal alemão (*Bundestag*));
- Reforçar a rede IPEX (presidido pelo Parlamento dinamarquês (*Folketinget*) e, posteriormente, pela Câmara de Deputados luxemburguesa (*Chambre des Députés*));
- Melhorar o sistema digital da base de dados do IPEX (presidido pelo Parlamento Europeu).

Os grupos de trabalho elaboraram relatórios e propostas concretas para o Conselho do IPEX sobre a forma de continuar a desenvolver o IPEX enquanto motor de iniciativas no contexto da cooperação interparlamentar.

As propostas elaboradas pelos grupos de trabalho foram debatidas durante as reuniões do Conselho do IPEX em Viena (em janeiro e maio de 2019) e em Bruxelas (em outubro de 2019). O Conselho do IPEX aprovou formalmente os resultados dos grupos de trabalho.

A reunião anual de Correspondentes IPEX, realizada em 14 e 15 de novembro de 2019 em Viena e organizada pela Presidência austríaca, constituiu uma oportunidade para a adoção de novos formatos

de debate e para a implementação de ideias criativas que permitiram um maior desenvolvimento da rede IPEX. Em consequência, o IPEX já está a sofrer uma transformação e deverá tornar-se o «balcão único» para o intercâmbio interparlamentar sobre os assuntos da UE que o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais já solicitaram por diversas vezes.

Um indicador fundamental da importância crescente do IPEX no contexto do desenvolvimento da cooperação interparlamentar foi a decisão do Parlamento Europeu de disponibilizar os fundos necessários para apoiar o desenvolvimento do novo sítio Web do IPEX em 2020. Com base no Programa de Trabalho que aplica a Estratégia Digital, o Conselho do IPEX desenvolveu novas formas de intercâmbio entre os parlamentos e o novo sítio Web do IPEX deve permitir o seu estabelecimento no trabalho quotidiano. Sem este forte compromisso do Parlamento Europeu, teria sido impossível introduzir as melhorias necessárias em matéria de cooperação entre os parlamentos nos assuntos da UE. Este contributo essencial, um esforço conjunto da Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais e da Direção dos Recursos (Direção-Geral da Presidência (DG PRES)), da Direção-Geral da Inovação e do Apoio Tecnológico (DG ITEC) e do Gabinete do Secretário-Geral, representou seguramente um dos melhores exemplos concretos de «Impacto através da cooperação» em 2019.

Também em 2019, o IPEX aplicou com sucesso o novo Regulamento geral sobre a proteção de dados (RGPD) e publicou a declaração de confidencialidade do IPEX, juntamente com o memorando de entendimento que define as funções dos responsáveis conjuntos pelo tratamento de dados (o Conselho do IPEX e os parlamentos nacionais).

Para além destas atividades intensivas, o IPEX continuou a desempenhar o seu papel de plataforma dos parlamentos nacionais para a subsidiariedade e o controlo dos projetos legislativos da UE.

O IPEX publica atualmente mais de 106 000 páginas produzidas pelos parlamentos nacionais e pelas instituições da UE, com informações sobre controlo parlamentar em quase 80 000 documentos elaborados pelos parlamentos nacionais e ligados a cerca de 12 000 dossiês. Em 2019, o número total de documentos legislativos e não legislativos registados no IPEX foi de 811, o que representa uma diminuição relativamente ao ano anterior devido à mudança de legislatura (2018: 1 119; 2017: 1 053; 2016: 1 064; 2015: 805).

Em 2019, o sítio Web do IPEX teve mais de 340 000 visitantes únicos, seguindo a tendência geral dos anos anteriores (2018: 285 881; 2017: 307 737; 2016: 253 264; 2015: 234 480). No entanto, o número de páginas visualizadas – quase 43 milhões – é, de longe, o mais elevado registado até à data, com um aumento de mais de 30 milhões de páginas relativamente a 2018.

Principais desenvolvimentos em 2019:

- Conclusão de um inventário de propostas e ideias para os conteúdos das novas secções do sítio Web do IPEX;
- O IPEX consolidou o seu papel de rede.

6.2 Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares (CEIDP)



Gerido conjuntamente pelo Parlamento Europeu e pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, o CEIDP tem como membros 66 câmaras parlamentares (incluindo 41 na União Europeia) de 54 países e instituições da UE. Quase 120 correspondentes e correspondentes suplentes representam os respetivos parlamentos na rede e contribuem para as principais atividades do CEIDP, que consistem numa intensa troca de informações e de boas práticas.

Pela terceira vez, a Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais e o Serviço de Estudos do Parlamento Europeu (EPRS) organizaram com sucesso um seminário do CEIDP, intitulado «*Empowering through knowledge: Parliamentary research in an era of disinformation and information overload*» (Capacitação através do conhecimento – A investigação parlamentar numa era de desinformação e sobrecarga de informação). O evento reuniu 65 participantes, provenientes de 33 câmaras parlamentares e organizações internacionais. O seminário teve início com um debate entre quadros superiores e diretores sobre os principais desafios do funcionamento de um serviço de investigação, seguido de uma série de estudos de caso sobre como dar as boas-vindas a um novo Parlamento.

Uma das sessões centrou-se na «*conceção de políticas baseada em factos*», apresentando aos participantes informações sobre a avaliação de políticas. Uma sessão subordinada ao tema «*trabalhar com parceiros*» constituiu uma oportunidade para o Serviço de Investigação do Congresso norte-americano e outros serviços do Congresso dos EUA apresentarem as suas atividades e responderem a perguntas. A conceção de políticas baseada em factos e a necessidade de orientações éticas para a independência e a confiança nos conhecimentos especializados foram os temas de um debate inspirador. A Primeira Vice-Presidente, Mairead McGuinness e o Secretário-Geral do Parlamento Europeu, Klaus Welle, também participaram no seminário.

No total, o Secretariado do CEIDP participou na organização de seis seminários e quatro reuniões estatutárias, em estreita cooperação com os parlamentos organizadores.

Em 2019, os parlamentos membros do CEIDP apresentaram 306 pedidos comparativos à rede, contra 333 em 2018. Estes pedidos deram origem a 7 310 respostas, o que representa uma ligeira diminuição relativamente a 2018, com 7 963. O Secretariado do CEIDP acompanhou de perto a apresentação de pedidos, a fim de garantir que as normas do CEIDP fossem respeitadas. Convém

notar que, pela primeira vez, alguns serviços dos parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu receberam pedidos relacionados com a legislação nacional em matéria de liberdade de informação e com o Regulamento (CE) n.º 1049/2001 relativo ao acesso do público aos documentos.

A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais também prestou apoio aos serviços do Parlamento Europeu, facilitando e transmitindo os seus pedidos à rede CEIDP. No total, o Parlamento Europeu apresentou 16 pedidos à rede CEIDP em 2019. Tal representa um aumento significativo em relação a 2018, em que o Parlamento Europeu apenas apresentou 5 pedidos. Além disso, o Parlamento Europeu respondeu a 29 pedidos de outros parlamentos membros do CEIDP, um número praticamente idêntico ao de 2018 (31 respostas a pedidos).

O apoio por parte dos serviços informáticos do Parlamento Europeu foi essencial para garantir o bom funcionamento do sítio Web do CEIDP e o fluxo de trabalho dos pedidos em 2019. Os parlamentos membros do CEIDP manifestaram a sua confiança em que o Parlamento Europeu asseguraria o bom funcionamento do serviço.

Principais desenvolvimentos em 2019:

- Aplicação do novo Regulamento geral sobre a proteção de dados.

6.3 Rede de representantes dos parlamentos nacionais da UE em Bruxelas

A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais acolhe e alberga os representantes administrativos designados pelos parlamentos/câmaras nacionais para o Parlamento Europeu. Desde 1991, com o intuito de reforçar a cooperação interparlamentar com a UE, o Parlamento Europeu disponibiliza gratuitamente aos representantes, mediante pedido, gabinetes e outras estruturas internas nas suas instalações em Bruxelas e Estrasburgo.

Os parlamentos nacionais da UE são representados por funcionários nacionais em Bruxelas, que são acolhidos pelo Parlamento Europeu. A 31 de dezembro de 2019, no Parlamento Europeu, 36 gabinetes eram utilizados por 56 funcionários de 39 câmaras parlamentares²⁴. Os representantes partilham, e trocam, regularmente informações entre si e com os serviços do Parlamento Europeu, com vista a facilitar e a fomentar o intercâmbio e a cooperação interparlamentares.

Os representantes trabalham no mesmo edifício que alberga a Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais, o que dá origem a inúmeras sinergias e facilita os intercâmbios. A Direção continuou a organizar uma série de seminários para os representantes dos parlamentos nacionais. O objetivo destes seminários é apresentar domínios de trabalho específicos e projetos administrativos concretos do Parlamento Europeu e realizar debates informais sobre temas de interesse comum, com vista a promover a aprendizagem interpares e a compreender melhor as diferentes culturas administrativas.

Em 2019, foram organizados seminários sobre as eleições europeias, o Brexit, o EPRS e o trabalho e as atividades da Direção-Geral das Políticas Internas da União (DG IPOL) do Parlamento Europeu. O Diretor-Geral interessado participou em todos os seminários. Um dos seminários foi dedicado a um debate com o Secretário-Geral, Klaus Welle.

²⁴ Incluindo o Secretariado da COSAC e o responsável pela informação do IPEX.

Uma lista dos representantes dos parlamentos nacionais está disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/relnatparl/en/networks/representatives-of-national-parliaments.html>

Principais desenvolvimentos em 2019:

- Maior desenvolvimento dos seminários informais com representantes;
- Mudança dos gabinetes dos representantes do edifício Wiertz para o edifício Montoyer.

6.4 Seminários para o pessoal

«Considerando que uma melhor interação e um melhor intercâmbio de informações entre os deputados do Parlamento Europeu e os deputados dos parlamentos nacionais poderiam contribuir para melhorar o escrutínio do debate europeu a nível nacional e assim promover uma cultura parlamentar e política genuinamente europeia», sugere a resolução do Parlamento Europeu sobre a aplicação das disposições do Tratado relativas aos parlamentos nacionais²⁵. Em 2019, a Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais organizou uma série de seminários para o pessoal dos parlamentos/câmaras nacionais da UE. O objetivo era reunir membros do pessoal dos parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu, a fim de apresentar e debater temas europeus relevantes, promover a aprendizagem interpares e proceder ao intercâmbio de boas práticas.

Para além da cooperação interparlamentar a nível político, um importante desenvolvimento nos últimos anos foi a organização de seminários para o pessoal, a fim de facilitar os intercâmbios técnicos ao nível do pessoal. Os seminários para o pessoal constituem uma plataforma importante para a administração do Parlamento realizar intercâmbios mais específicos centrados em domínios de interesse comum. Os seminários para o pessoal constituem um elemento dinâmico do trabalho do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais da UE.

A 19 e 20 de março de 2019, a Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais, em conjunto com a Direção-Geral da Comunicação, organizou um seminário para o pessoal intitulado «Communication from a parliamentary perspective» (Comunicação numa perspetiva parlamentar), que reuniu cerca de 62 membros do pessoal dos parlamentos/câmaras nacionais. Os membros do pessoal dos parlamentos nacionais da UE e do Parlamento Europeu participaram num debate estimulante sobre como comunicar com os cidadãos enquanto instituição e partilharam os seus conhecimentos e experiência na matéria. Este seminário de dois dias constituiu uma oportunidade para os participantes debaterem questões de interesse comum e obterem informações preciosas sobre as práticas de comunicação, tanto numa perspetiva europeia como através de diferentes perspetivas nacionais.

Foi também organizado, pela Unidade de Apoio à Governação Económica (DG IPOL), com o apoio da Direção, um seminário para o pessoal subordinado ao tema do Semestre Europeu. O pessoal de investigação parlamentar dos parlamentos nacionais da UE e do Parlamento Europeu continua a cooperar através da rede CEIDP (ver capítulo 6.2).

25 [Resolução do Parlamento Europeu, de 19 de abril de 2018, sobre a aplicação das disposições do Tratado relativas aos parlamentos nacionais.](#)

7. FERRAMENTAS E ATIVIDADES DE APOIO

7.1 CONNECT

CONNECT

A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais disponibiliza aos deputados europeus (em particular aos relatores) e aos órgãos políticos e serviços do Parlamento Europeu conhecimentos específicos sobre os contributos dos parlamentos nacionais, ao abrigo dos Protocolos n.os 1 e 2, ao longo de todo o ciclo legislativo. Neste contexto, a Direção gere a base de dados [CONNECT](#), que inclui todos os documentos apresentados pelos parlamentos nacionais desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, ao abrigo dos Protocolos n.os 1 e 2. Os pareceres fundamentados relativos ao mecanismo de alerta precoce estão disponíveis em todas as línguas oficiais da UE.

Desde 2017 que a base de dados CONNECT pode ser consultada no sítio Web da Direção²⁶. Todas as informações contidas na base de dados CONNECT, incluindo os pareceres fundamentados e os contributos recebidos dos parlamentos nacionais, estão diretamente disponíveis na aplicação eCommittee, o espaço de trabalho comum das DG IPOL e EXPO, no processo a que se referem. Tal aplica-se não só aos pareceres fundamentados, como também a todos os contributos recebidos dos parlamentos nacionais.

A base de dados CONNECT permite aos relatores, aos deputados, aos assistentes e ao pessoal dos secretariados das comissões, bem como a todas as partes interessadas externas, ter uma visão atualizada e abrangente de todos os contributos recebidos dos parlamentos nacionais, a qualquer momento, relativos a um determinado processo legislativo. Em 2019, foram apresentados, um total de **181** documentos: **63** (35 %) no âmbito do controlo da subsidiariedade previsto no Protocolo n.º 2 e **118** (65 %) no quadro do Diálogo Político Informal.

Em 31 de dezembro de 2019, encontravam-se, no total, **5675** documentos (pareceres fundamentados e contributos) dos parlamentos nacionais da UE na base de dados CONNECT. **3 322** (59 %) foram apresentados no âmbito do controlo da subsidiariedade previsto no Protocolo n.º 2 e **2 353** (41 %) foram apresentados no quadro do Diálogo Político Informal.

Principais desenvolvimentos em 2019:

- Promoção da base de dados CONNECT junto dos deputados recém-eleitos, através da «State of Play Note» que é publicada mensalmente e enviada aos deputados;
- Diminuição do número de documentos apresentados devido ao facto de 2019 ter sido ano de eleições.

²⁶ <https://www.europarl.europa.eu/relnatparl/en/connect.html>

7.2 Diretório de correspondência entre comissões (CorCom)

CORCOM

O diretório de correspondência entre comissões (CorCom) é um recurso de informação sobre as comissões dos parlamentos nacionais correspondentes às comissões do Parlamento Europeu. Também contém informações sobre os diferentes secretariados das comissões dos parlamentos nacionais da UE e do Parlamento Europeu. As informações contidas no diretório são fornecidas pelos representantes permanentes dos parlamentos nacionais da UE com sede em Bruxelas.

Na sequência da adoção de uma resolução, em maio de 2009²⁷, sobre o desenvolvimento das relações entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais (relator Elmar Brok), o Regimento do Parlamento Europeu foi revisto em conformidade e estabelece agora que «uma comissão pode encetar diretamente um diálogo com os parlamentos nacionais a nível de comissões, dentro dos limites das dotações orçamentais reservadas para esse efeito. Este diálogo pode incluir formas adequadas de cooperação pré-legislativa e pós-legislativa» (artigo 150.º, n.º 3, do Regimento).

A aplicação CorCom está constantemente a ser melhorada para ir de encontro com as constantes necessidades em evolução dos utilizadores. Tornou-se uma aplicação baseada na Web²⁸, muito mais fácil de utilizar e equipada com um conjunto de novas funcionalidades. O número de páginas visualizadas mensalmente é, em média, de 392.

7.3 Programas de apoio ao Parlamento na Presidência

O Parlamento Europeu tem vindo a promover constantemente uma cooperação estreita entre a sua própria administração e as dos parlamentos nacionais, em especial na fase preparatória da dimensão parlamentar de cada Presidência do Conselho da UE. O Parlamento Europeu oferece a cada novo Parlamento na Presidência a oportunidade de participar num programa em Bruxelas com vista à preparação das atividades no contexto da dimensão parlamentar da Presidência. O Parlamento Europeu pode conceber, com base em pedidos, necessidades e prioridades concretos, um programa de apoio específico para o Parlamento na Presidência. Esta iniciativa proporciona a oportunidade de estabelecer contactos profissionais e pessoais com todas as partes interessadas e permite a partilha eficaz de informações e conhecimentos especializados, facilitando assim a continuação dos trabalhos e garantindo a coerência. O Parlamento Europeu pode contribuir para o custo do programa numa base partilhada com o respetivo parlamento.

Nos últimos anos, vários Estados-Membros da UE assumiram, pela primeira vez, a Presidência do Conselho da UE. Os parlamentos destes países mostraram-se particularmente interessados nos Programas do Parlamento Europeu de apoio ao Parlamento na Presidência. Neste contexto, a Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais organizou três visitas de estudo, na primavera de 2019,

27 [Resolução do Parlamento Europeu, de 7 de maio de 2009, sobre o desenvolvimento das relações entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais ao abrigo do Tratado de Lisboa.](#)

28 CO CorCom destina-se exclusivamente a uso interno. Encontra-se disponível na Intranet do Parlamento Europeu.

para nove funcionários do Parlamento croata (Sabor) responsáveis pela preparação da dimensão parlamentar da Presidência croata. Estas reuniões implicaram o contacto com os secretariados das comissões competentes do Parlamento Europeu e com outros serviços, o responsável do IPEX, o Secretariado da COSAC e representantes de vários parlamentos nacionais de países que tinham recentemente assumido a Presidência do Conselho da UE.

O objetivo das reuniões foi o intercâmbio de experiências e de boas práticas no que diz respeito à organização de importantes reuniões e conferências interparlamentares como a COSAC, a Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação e Governação Económica na UE, a Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa e as reuniões do Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto (GCPC) da Europol.

Além disso, a Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais facilitou as visitas bilaterais dos parlamentos finlandês e alemão, que serviram de preparação para as respetivas presidências. Todos os participantes no programa confirmaram que a partilha de experiências e lições aprendidas, bem como a estreita cooperação estabelecida, foi particularmente útil para assegurar um melhor planeamento da dimensão parlamentar da Presidência.

Principais desenvolvimentos em 2019:

- Organização de um programa global de apoio no Parlamento Europeu em Bruxelas destinado ao pessoal do Parlamento croata, responsável pelo exercício da Presidência pela primeira vez;
- Organização de programas específicos para os parlamentos dos próximos países a assumir a Presidência (que não o fazem pela primeira vez).

7.4 Publicações da Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais

A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais é responsável por uma série de publicações. Uma delas, a «Spotlight on Parliaments in Europe», sintetiza informações sobre as questões de atualidade que foram debatidas entre os parlamentos na rede CEIDP.

Além disso, a «Weekly Agenda» fornece informações sobre as atividades que envolvem os parlamentos nacionais, com vista a aumentar a transparência e a visibilidade das inúmeras atividades interparlamentares realizadas. A «State of Play Note» fornece informações sobre os contributos recebidos dos parlamentos nacionais.

A «Spotlight on Parliaments in Europe», sintetiza informações sobre as questões de atualidade que foram debatidas entre os parlamentos na rede CEIDP.

Em 2019, a Direção preparou duas edições:

- «Spotlight» n.º 24 – fevereiro de 2019 – Acompanhamento da transposição das diretivas e das medidas de execução dos regulamentos da UE;
- «Spotlight» n.º 25 – novembro de 2019 – Círculos eleitorais nas eleições legislativas nacionais.

As publicações estão disponíveis no sítio [Web da Direção](#).

A «*Weekly Agenda*» é enviada por correio eletrónico às sextas-feiras para todos os deputados e serviços do Parlamento Europeu. Em 2019, foram enviadas um total de 36 «*Weekly Agenda*». A publicação cobre os eventos interparlamentares das duas semanas seguintes, como as visitas bilaterais, as conferências interparlamentares e as reuniões interparlamentares de comissões. São fornecidas informações sobre a data, o local e os serviços do PE envolvidos.

A Direção também produz mensalmente uma «*State of Play Note*» sobre os pareceres fundamentados e contributos apresentados pelos parlamentos nacionais (ver capítulo 5.1.3).

Além disso, gere um sítio Web com informações sobre as atividades e publicações futuras da Direção.

8. DIREÇÃO DAS RELAÇÕES COM OS PARLAMENTOS NACIONAIS

2019 foi mais um ano de crescimento e de cooperação para a Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais. Foi um ano marcado por inúmeras atividades, pela chegada de novos colegas e por novos parceiros, pela participação em eventos interparlamentares de alto nível, pelo reforço dos laços com outros serviços do Parlamento Europeu e por metas importantes.

Em conformidade com o lema da DG PRES «*Impacto através da cooperação*», a Direção continuou a prestar, aos deputados e ao secretariado do PE, os serviços e o aconselhamento necessários para aprofundar a cooperação institucional e o diálogo legislativo com os parlamentos nacionais da UE.

A Direção presta apoio às atividades interparlamentares, contribui para a implementação das disposições do Tratado em matéria de cooperação interparlamentar e funciona como um centro de conhecimento que reúne informação sobre os parlamentos nacionais da UE. Além disso, representa o Parlamento Europeu nas redes administrativas de cooperação interparlamentar, gere as relações com os funcionários que representam os parlamentos nacionais da UE em Bruxelas e mantém ligações estreitas com as respetivas administrações.

A Direção agradece o apoio contínuo do secretário-geral e do secretário-geral adjunto, bem como de todos os serviços das direções-gerais do PE com quem coopera.

Diretora: Katrin Ruhmann

A Direção é composta por duas unidades:

Unidade do Diálogo Legislativo

A Unidade do Diálogo Legislativo é essencialmente responsável pelo diálogo político e legislativo com os parlamentos nacionais. Planeia, coordena e organiza reuniões interparlamentares a nível das comissões, incluindo reuniões interparlamentares de comissões, a Semana Parlamentar Europeia e o GCPC da Europol. Também assegura o controlo da observância do princípio da subsidiariedade e o seguimento, com os relatores e as comissões, da aplicação do Protocolo n.º 2 relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade. A Unidade organiza ainda seminários temáticos que reúnem as administrações do PE e dos parlamentos nacionais e é responsável pelas bases de dados CONNECT e CorCom.

Chefe de Unidade: Jesús Gómez

Unidade de Cooperação Institucional

Os domínios de competência da Unidade de Cooperação Institucional incluem a cooperação multilateral regulamentada, ou seja, a Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE, as reuniões dos secretários-gerais dos parlamentos da UE e a COSAC. A Unidade também lida com as redes estabelecidas, nomeadamente o IPEX e o CEIDP, e gere a cooperação com a DG EXPO, a coordenação dos programas de apoio ao «Parlamento na Presidência» e as visitas de desenvolvimento de capacidades.

Chefe de Unidade: Pekka Nurminen

O presente relatório, bem como outras informações sobre as relações do Parlamento Europeu com os parlamentos nacionais da UE, podem ser consultados no sítio Web do Parlamento Europeu:

<http://www.europarl.europa.eu/relnatparl/en/home/news.html>

ANEXOS

ANEXO I – Reuniões da COSAC – Temas e principais oradores em 2019

Evento da COSAC	Local, data	Temas	Principais oradores/intervenientes do Parlamento Europeu
Reunião dos Presidentes	Bucareste, 20-21 de janeiro de 2019	<p>I – Prioridades da Presidência romena do Conselho da UE</p> <p>II – Aumentar a coesão e garantir a convergência através dos instrumentos do QFP</p>	
Reunião plenária da LXI COSAC	Bucareste, 23-25 de junho de 2019	<p>I – Resultados da Presidência romena do Conselho da UE</p> <p>II – Perspetivas para as relações comerciais internacionais da UE; o futuro das relações entre a UE e o Reino Unido no contexto do Brexit</p> <p>III – O Espaço Europeu da Educação como fator determinante para a reformulação e o reforço do mercado único</p> <p>IV – Uma economia baseada na inovação, no progresso tecnológico e no impacto social da UE; o papel dos parlamentos nacionais na promoção da «nova economia» da UE</p>	
Reunião dos Presidentes	Helsínquia, 21-22 de julho de 2019	<p>I – Apresentação das prioridades da Presidência finlandesa do Conselho da UE</p> <p>II – Que orçamento para as políticas europeias?</p>	
Reunião plenária da LXII COSAC	Helsínquia, 1-3 de dezembro de 2019	<p>I – Presidência finlandesa do Conselho da UE</p> <p>II – Promover o Estado de direito na UE e a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia</p> <p>III – Discurso de Maroš Šefčovič</p> <p>IV – Uma estratégia de sucesso em matéria de clima para a Europa</p> <p>V – Discurso de Michel Barnier</p>	Mairead McGuinness, Primeira Vice-Presidente do Parlamento Europeu

Para informações mais pormenorizadas sobre as ordens do dia das reuniões da COSAC publicadas pelas presidências, consulte o sítio Web do IPEX: www.ipex.eu

ANEXO II – Reuniões interparlamentares organizadas pelas comissões do Parlamento Europeu em Bruxelas²⁹ em 2019

Data	Comissão do Parlamento Europeu	Evento		Número de participantes:			
		Tipo de reunião	Título da reunião	Parlamentos nacionais			Parlamento Europeu
				Deputados	Parlamentos	Câmaras	Deputados
18-19 de fevereiro de 2019	ECON EMPL BUDG	Semana Parlamentar Europeia: • Conferência sobre o Semestre Europeu	Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na União Europeia	128	27	35	Dia 1 da sessão plenária: 11 Dia 2 da sessão plenária: 21 Reunião interparlamentar da Comissão ECON: 13 Reunião interparlamentar da Comissão BUDG: 9 Reunião interparlamentar da Comissão EMPL: 5
7 de março de 2019	FEMM	Reunião interparlamentar de comissões	O poder das mulheres na política	23	17	19	15
1-2 de abril de 2019	AFET	Reunião interparlamentar de comissões	Política externa e de segurança da UE	31	27	32	41
24 de setembro de 2019	ECON	Reunião interparlamentar de comissões	Recomendações específicas por país	12	7	9	43
4 de dezembro de 2019	AFET	Reunião interparlamentar de comissões	Prioridades da política externa da UE para o novo ciclo institucional	38	19	25	32
Número total de participantes				232			190

²⁹ Salvo especificação em contrário, todas as reuniões são reuniões interparlamentares de comissões

ANEXO III – Visitas dos parlamentos nacionais da UE³⁰ ao Parlamento Europeu (incluindo videoconferências) em 2019

Data(s)	País e Câmara	Visitante	Representante do PE com quem o visitante se reuniu	Tipo de visita	Número de deputados participantes	Número de membros do pessoal do pessoal participantes
9 de janeiro de 2019	PAÍSES BAIXOS – <i>Tweede Kamer</i>	Deputados	Deputados Tang e Rosati	Deputados	2	1
22 de janeiro de 2019	NORUEGA – <i>Storting</i>	Delegação da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais	Deputados Ulvskog e Lenaers	Deputados	10	1
24 de janeiro de 2019	NORUEGA – <i>Storting</i>	Pessoal da Confederação de Empresas Norueguesas	Pessoal do PE	Pessoal		26
29 de janeiro de 2019	ITÁLIA – <i>Senato</i>	Delegação da Comissão dos Assuntos Europeus	Vice-Presidente Castaldo e deputadas Toia e Gardini	Deputados	3	1
30 de janeiro de 2019	HUNGRIA – <i>Országgyűlés</i>	Visita de estudo dos novos deputados	Vice-Presidente Járóka, deputados húngaros, pessoal do PE	Deputados	12	8
31 de janeiro de 2019	ITÁLIA – <i>Camera dei Deputati</i>	Comissão de Políticas da União Europeia (videoconferência)	Deputados italianos da Comissão AFCO	Deputados	Não especificado	
4 de fevereiro de 2019	REINO UNIDO – <i>House of Commons</i>	Delegação da Comissão sobre a Saída da União Europeia	Deputado Verhofstadt e deputados pertencentes ao Grupo Diretor sobre o Brexit	Deputados	15	3
5-6 de fevereiro de 2019	REINO UNIDO – <i>House of Lords</i>	Pessoal	Deputado Corbett, pessoal do PE	Pessoal		2
5 de fevereiro de 2019	FRANÇA – <i>Assemblée Nationale</i>	Deputados	Deputados Omarjee e Manscour	Deputados	2	2
5 de fevereiro de 2019	ALEMANHA – <i>Bundestag</i>	Comissão dos Assuntos da União Europeia	Presidente da Comissão AFET McAllister e deputados Fleckenstein, Olbrycht e Thomas	Deputados	20	14
5-6 de fevereiro de 2019	ALEMANHA – <i>Bundestag</i>	Subcomissão do Direito da União Europeia	Deputados Sippel, Melo, Regner, Zwielfka e Rozière	Deputados	6	2

30 Parlamentos nacionais da UE; Parlamento norueguês; Conselho Nórdico.

Data(s)	País e Câmara	Visitante	Representante do PE com quem o visitante se reuniu	Tipo de visita	Número de deputados participantes	Número de membros do pessoal participantes
6 de fevereiro de 2019	ALEMANHA – <i>Bundestag</i>	Comissão dos Assuntos da União Europeia; Subcomissão do Orçamento	Presidente da Comissão CONT Gräßle e deputados Thomas, Olbrycht, Deprez e Geier	Deputados	6	7
6-7 de fevereiro de 2019	SUÉCIA – <i>Riksdag</i>	Presidente	Presidente Tajani e Primeira Vice-Presidente McGuinness	Presidente		
6-7 de fevereiro de 2019	NORUEGA – <i>Storting</i>	Deputados	Vice-Presidente Hautala, deputados Hökmark, Kari e Dohrmann, pessoal do PE	Deputados	12	2
19 de fevereiro de 2019	ÁUSTRIA – <i>Bundesrat</i>	Delegação da Comissão dos Assuntos da União Europeia	Deputados Freund, Kadenbach, Karas e Schmidt	Deputados	14	2
20 de fevereiro de 2019	FRANÇA – <i>Assemblée Nationale</i>	Visita de deputados sobre a estratégia da UE para os plásticos	Deputada Ries	Deputados	2	1
20 de fevereiro de 2019	FRANÇA – <i>Assemblée Nationale</i>	Deputados	Presidente da Comissão PECH Cadez	Deputados	2	3
20 de fevereiro de 2019	FRANÇA – <i>Assemblée Nationale</i>	Visita de deputados sobre a fiscalidade dos EUA no caso dos cidadãos franceses nascidos nos EUA	Deputadas Berès e Rozière	Deputados	2	1
21 de fevereiro de 2019	SUÉCIA – <i>Riksdag</i>	Comissão dos Assuntos da União Europeia	Presidente da Comissão AFCO Hübner	Deputados	15	7
25 de fevereiro de 2019	NORUEGA – <i>Storting</i>	Pessoal do Partido do Centro	Deputados Jäätteenmäki e Federley	Pessoal		17
7-8 de março de 2019	REINO UNIDO – <i>House of Commons</i>	Pessoal da Biblioteca da Câmara dos Comuns	Deputado Corbett, pessoal do PE	Pessoal		8
18 de março de 2019	REINO UNIDO – <i>House of Commons</i>	Funcionário administrativo e Conselheiro da Comissão de Controlo Europeu	Pessoal do PE	Pessoal		3
18-19 de março de 2019	CHÉQUIA – <i>Senát</i>	Senador	Deputado Niedermayer, pessoal do PE	Deputado	1	

18-19 de março de 2019	SUÉCIA – <i>Riksdag</i>	Deputados ao PE	Deputados suecos, pessoal do PE	Deputados	3	
19 de março de 2019	ÁUSTRIA – <i>Nationalrat</i>	Wolfgang Sobotka, Presidente	Deputados Becker, Karas, Mlinar, Schmidt, Vilimsky e Waitz	Presidente	1	2
19 de março de 2019	ESPAÑA – <i>Senado</i>	Pío García-Escudero, Presidente del Senado	Presidente Tajani e deputados Díaz de Mera e González Pons	Presidente	1	4
19 de março de 2019	ESPAÑA – <i>Congreso de los Diputados</i>	Ana Pastor, Presidenta del Congreso	Presidente Tajani e deputados Díaz de Mera e González Pons	Presidente	1	3
20 de março de 2019	IRLANDA – <i>Houses of the Oireachtas</i>	Presidente da Comissão Mista da Língua Irlandesa	Pessoal do PE	Deputados	1	1
27 de março de 2019	NORUEGA – <i>Storting</i>	Pessoal regional da Associação Norueguesa dos Órgãos de Poder Local e Regional	Pessoal do PE	Pessoal		22
1 de abril de 2019	FRANÇA – <i>Assemblée Nationale</i>	Deputados	Deputados Pargneau e Válean	Deputados	3	
3 de abril de 2019	NORUEGA – <i>Storting</i>	Pessoal da Autoridade de Proteção de Dados norueguesa	Pessoal do PE	Pessoal		10
3 de abril de 2019	FINLÂNDIA – <i>Eduskunta</i>	Pessoal para a preparação da quinta reunião do GCPC da Europa	Pessoal do PE	Pessoal		1
8 de abril de 2019	PAÍSES BAIXOS – <i>Tweede Kamer</i>	Delegação da Comissão dos Assuntos Sociais	Deputados Lenaers e Jongerius	Deputados	5	5
16 de abril de 2019	FRANÇA – <i>Assemblée Nationale</i>	Deputados	Deputados Morin-Chartier, Guillaume, Berès, Riquet, Bay e Corazza-Bildt, Secretário-Geral Welle	Deputados	2	
16 de maio de 2019	FINLÂNDIA – <i>Eduskunta</i>	Pessoal do Departamento de Comunicação e Informação	Pessoal do PE	Pessoal		4
21 de maio de 2019	HUNGRIA – <i>Országgyűlés</i>	Pessoal dos quatro países de Visegrado (HU, CZ, PL, SK)	Pessoal dos parlamentos dos quatro países de Visegrado	Pessoal		6

Data(s)	País e Câmara	Visitante	Representante do PE com quem o visitante se reuniu	Tipo de visita	Número de deputados participantes	Número de membros do pessoal participantes
23 de maio de 2019	ÁUSTRIA – <i>Nationalrat</i>	Pessoal	Pessoal do PE	Pessoal		11
26 de junho de 2019	SUÉCIA – <i>Riksdag</i>	Pessoal	Pessoal do PE	Pessoal		2
11 de setembro de 2019	REINO UNIDO – <i>House of Lords</i>	Deputados da Câmara dos Lordes	Primeira Vice-Presidente McGuinness, Presidente da Comissão AFET McAllister, Presidente da Comissão AFCO Tajani, Secretário-Geral Adjunto Winkler	Deputados	1	1
12 de setembro de 2019	REINO UNIDO – <i>House of Commons</i>	Pessoal	Deputados Monteith e Brown, pessoal do PE	Pessoal		6
18 de setembro de 2019 ³¹	FRANÇA – <i>Assemblée Nationale</i>	Mesa da Comissão dos Assuntos da União Europeia	Deputados Aubry, Schirdewan, Danjean e García Pérez	Deputados	10	2
23 de setembro de 2019	ÁUSTRIA – <i>Nationalrat</i>	Presidente	Presidente Sassoli, Vice-Presidente Karas, deputada Edtstadler	Presidente Deputados	1	5
23 de setembro de 2019	PAÍSES BAIXOS – <i>Tweede Kamer</i>	Pessoal	Pessoal do PE	Pessoal		16
24 de setembro de 2019	IRLANDA – <i>Houses of the Oireachtas</i>	Comissão dos Assuntos da União Europeia (videoconferência)	Deputados irlandeses	Deputados	11	
25 de setembro de 2019	DINAMARCA – <i>Folketing</i>	Delegação da Comissão dos Assuntos Europeus	Deputada Schaldemose, pessoal do PE	Deputados	14	2
30 de setembro de 2019	ÁUSTRIA – <i>Nationalrat</i>	Pessoal	Pessoal do PE	Pessoal		1
3 de outubro de 2019	NORUEGA – <i>Storting</i>	Pessoal da missão da Noruega junto da UE	Pessoal do PE	Pessoal		18

31 Esta visita teve lugar em Estrasburgo.

2-3 de outubro de 2019	REINO UNIDO – <i>House of Lords</i>	Visita do pessoal administrativo para a familiarização com o PE	Pessoal do PE	Pessoal		3
7-11 de outubro de 2019	PORTUGAL – Assembleia da República	Visita do pessoal sobre o Semestre Europeu	Pessoal do PE	Pessoal		1
9 de outubro de 2019	Comissão parlamentar da EFTA	Deputados	Primeira Vice-Presidente McGuinness, Presidente da Comissão AFET McAllister, Presidente da Comissão IMCO De Sutter, Presidente da Comissão INTA Lange, deputados Schwab e Danielsson	Deputados	6	2
10 de outubro de 2019	FRANÇA – <i>Assemblée Nationale</i>	Membros do Grupo de Trabalho sobre o Brexit	Coordenador do Grupo Diretor sobre o Brexit Verhofstadt	Deputados	3	1
11 de outubro de 2019	SUÉCIA – <i>Riksdag</i>	Pessoal do Departamento de Serviços	Pessoal do PE	Pessoal		4
22-23 de outubro de 2019 ³²	REINO UNIDO – <i>House of Lords</i>	Delegação da Comissão sobre a União Europeia	Deputadas Bearder, Porritt e Voaden, Presidente da Comissão AFET McAllister, deputados Kirton-Darling, Long, Smith, Moraes, Hübner e Lange, Coordenador do Grupo Diretor sobre o Brexit Verhofstadt	Deputados	5	1
5 de novembro de 2019	FRANÇA – <i>Assemblée Nationale</i>	Deputado	Presidente da Comissão ECON Tinagli	Deputados	1	1
18 de novembro de 2019	DINAMARCA – <i>Folketing</i>	Ministro dos Transportes dinamarquês e delegação da Comissão dos Transportes	Presidente da Comissão TRAN Delli, deputados Vind, Gade e Ertug, pessoal do PE	Deputados	11	6
20 de novembro de 2019	ÁUSTRIA – <i>Nationalrat</i>	Pessoal	Pessoal do PE	Pessoal		6

32 Esta visita teve lugar em Estrasburgo.

Data(s)	País e Câmara	Visitante	Representante do PE com quem o visitante se reuniu	Tipo de visita	Número de deputados participantes	Número de membros do pessoal participantes
20-21 de novembro de 2019	REINO UNIDO – <i>House of Commons</i>	Visita do pessoal sobre comércio de mercadorias e fronteiras	Pessoal do PE	Pessoal		8
21 de novembro de 2019	FINLÂNDIA – <i>Eduskunta</i>	Equipa da Presidência finlandesa	Pessoal do PE	Pessoal		2
2 de dezembro de 2019	PAISES BAIXOS – <i>Tweede Kamer</i>	Comissão temporária sobre o futuro digital	Deputados Berendsen, Tang e Van Sparrentak, pessoal do PE	Deputados	4	2
2 de dezembro de 2019	ESLOVÉNIA – <i>Državni Zbor</i>	Delegação de funcionários	DG EPRS, STOA			7
4-5 de dezembro de 2019	REINO UNIDO – <i>House of Commons</i>	Visita do pessoal sobre «condições de concorrência equitativas»	Pessoal do PE	Pessoal		8
11-12 de dezembro de 2019	ROMÉLIA – <i>Senat</i>	Presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais	Vice-Presidente Charanzová e deputada Pagazaurtundúa	Deputado	1	
12 de dezembro de 2019	ITÁLIA – <i>Camera dei Deputati</i>	Videokonferência com a Comissão da Agricultura	Deputados italianos na Comissão AGRI	Deputados	Não especificado	
13 de dezembro de 2019	LETÓNIA – <i>Saeima</i>	Funcionários	Diretor-Geral da DG SAFE, pessoal do PE	Pessoal		2

ANEXO IV – Dados sobre o mecanismo de alerta precoce

Número de contributos recebidos dos parlamentos nacionais em 2019		
Estado-Membro	Parlamento/Câmara	Contributos
França	FR – <i>Sénat</i>	13
França	FR – <i>Assemblée Nationale</i>	11
Espanha	ES – <i>Congreso/Senado</i>	8
Chéquia	CZ – <i>Senát</i>	7
Portugal	PT – <i>Assembleia da República</i>	7
Itália	IT – <i>Senato</i>	5
Alemanha	DE – <i>Bundesrat</i>	4
Chéquia	CZ – <i>Poslanecká sněmovna</i>	2
Roménia	RO – <i>Camera Deputaților</i>	2
Roménia	RO – <i>Senatul</i>	2
Áustria	AT – <i>Bundesrat</i>	1
Alemanha	DE – <i>Bundestag</i>	1
TOTAL		63

ANEXO V – Contributos ao abrigo do Protocolo n.º 1 – Diálogo Político Informal

Este quadro enumera os documentos dos parlamentos nacionais da UE enviados em resposta a projetos de ato legislativo que são da competência exclusiva da UE, bem como a uma grande variedade de documentos não legislativos, como Livros Verdes/Branco ou comunicações da Comissão Europeia abrangidos pelo Protocolo n.º 1 do TFUE.

Contributos recebidos dos parlamentos nacionais em 2019		
Estado-Membro	Parlamento/Câmara	Contributos
Chéquia	CZ – Senát	23
Roménia	RO – Camera Deputaţilor	15
França	FR – Sénat	10
Chéquia	CZ – Poslanecká sněmovna	10
Portugal	PT – Assembleia da República	8
Reino Unido	UK – House of Lords	8
Países Baixos	NL – Eerste Kamer	7
França	FR – Assemblée Nationale	6
Alemanha	DE – Bundesrat	6
Roménia	RO – Senatul	5
Itália	IT – Camera dei Deputati	4
Suécia	SE – Riksdagen	4
Itália	IT – Senato	3
Eslováquia	SK – Národná rada	2
Países Baixos	NL – Tweede Kamer	2
Áustria	AT – Bundesrat	1
Dinamarca	DK – Folketing	1
Hungria	HU – Országgyűlés	1
Lituânia	LT – Seimas	1
Polónia	PL – Senat	1
TOTAL		118

ANEXO VI – Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares (CEIDP)

A. Matérias sobre as quais os órgãos políticos e os serviços administrativos do Parlamento Europeu consultaram a rede CEIDP em 2019 através de pedidos comparativos (5):

- Assistentes parlamentares ao serviço de deputados individuais: regras aplicáveis a situações de conflito e de assédio (atualização do pedido 3001 do CEIDP)
- Apoio do Governo à diplomacia parlamentar na UE
- Melhorias recentes dos serviços prestados aos deputados
- Comissões parlamentares: constituição e composição (atualização do pedido 2158)
- Repartição das presidências das comissões parlamentares (atualização do pedido 2099)
- Avaliação de impacto e capacidades de avaliação dos parlamentos nacionais
- Direito sobre as imunidades dos deputados aos parlamentos nacionais
- Políticas e procedimentos para combater o assédio sexual nos parlamentos europeus
- Regras sobre a aparência pessoal e o código de vestuário na plenária
- Questionário sobre a revisão do Manual sobre as incompatibilidades e a imunidade dos deputados ao Parlamento Europeu
- Seguimento dos eleitores no inquérito de observação eleitoral na Geórgia
- Parlamentos nacionais com formação externa/centros de conferências
- Comissões parlamentares de inquérito
- Questionário sobre o direito de iniciativa legislativa dos parlamentos
- Questionário sobre a segunda Câmara

O Parlamento Europeu respondeu a pedidos de outros parlamentos membros do CEIDP sobre os seguintes temas:

- Grupos espirituais ou religiosos no Parlamento
- O canal de televisão parlamentar – «Chaîne de télévision parlementaire»
- Questionário sobre os serviços de computação em nuvem
- O estatuto jurídico dos deputados – Evolução recente – Questionário sobre o seminário «PP&P», Bruxelas 2019
- Reformulação e gestão dos sítios Web parlamentares
- Votação eletrónica nas comissões parlamentares
- Reinventar os serviços operativos do Departamento de Informação e Arquivos
- Infraestruturas para deputados com deficiência
- Sistemas de controlo de acesso utilizados nos parlamentos
- Inovações e projetos no domínio da inteligência artificial (IA) nos parlamentos (no âmbito do seminário sobre as TIC)
- Relatórios parlamentares – Publicações legislativas e de supervisão
- Serviço médico dos parlamentos
- Contratos públicos sustentáveis nos parlamentos

- Inquérito sobre o seminário organizado pelo CEIPD em 2019 «Challenges in a digital age: Preservation, management and promotion of the Parliament's documentary output and bibliographical heritage» (Desafios da era digital – Conservação, gestão e promoção da produção documental e do património bibliográfico do Parlamento)
- Tecnologias de pesquisa nos parlamentos
- Definição de indicadores de desempenho no âmbito da abordagem dos parlamentos relativa à orçamentação baseada no desempenho por programa
- Utilização de computadores portáteis, tabletes e telemóveis inteligentes na plenária e nas comissões
- Reservar visitas para sessões plenárias
- Recursos eletrónicos (jornais eletrónicos, livros eletrónicos e bases de dados) nos parlamentos
- Presença dos parlamentos nas redes sociais
- Investigação parlamentar – comissões de inquérito e suas competências
- «Développement durable – meilleures pratiques dans les parlements» / Desenvolvimento sustentável – melhores práticas nos parlamentos
- Despesas de deslocação em serviço e utilização de agências de viagem no Parlamento – Perguntas adicionais
- Arquivo digital – «Archivage électronique»
- Sistema automático de transcrição de debates (agora com ligações a pedidos similares)
- Despesas de deslocação em serviço e utilização de agências de viagem no Parlamento (atualização do pedido 3433)
- Controlo interno e auditoria interna dos serviços do Parlamento
- Inclusão das interjeições, interrupções e observações dos deputados nos registos estenográficos da plenária

B. Seminários e reuniões estatutárias do CEIPD em 2019

SEMINÁRIOS		
Seminário «Supporting Parliament in Budget Scrutiny» (Apoiar o Parlamento no controlo orçamental) (domínio de interesse: Assuntos Económicos e Orçamentais)	Haia	9-10 de maio de 2019
Seminário (domínio de interesse: Bibliotecas, Serviços de Estudos e Arquivos)	Madrid	6-8 de junho de 2019
Seminário «Parliaments on the Net» (Parlamentos na rede) (domínio de interesse: as TIC nos parlamentos)	Liubliana	13-14 de junho de 2019
Seminário «Rights and Obligations of MPs» (Direitos e obrigações dos deputados) (domínio de interesse: práticas e procedimentos parlamentares)	Bruxelas, Câmara dos Representantes e Senado	24-25 de outubro de 2019
Seminário «Artificial Intelligence (AI) Innovations and Projects in the Parliaments» (Inovações e projetos no domínio da inteligência artificial (IA) nos parlamentos) (domínio de interesse: as TIC nos parlamentos)	Taline	3-4 de outubro de 2019

Seminário «Empowering through knowledge: Parliamentary research in an era of disinformation and information overload» (Capacitação através do conhecimento – A investigação parlamentar numa era de desinformação e sobrecarga de informação). (domínio de interesse: Bibliotecas, Serviços de Estudos e Arquivos)	Bruxelas, Parlamento Europeu	7-8 de novembro de 2019
SESSÕES ESTATUTÁRIAS		
Reunião do Comité Executivo	Dublin, <i>Oireachtas</i>	21-22 de março de 2019
Reunião do Comité Executivo	Londres, Câmara dos Comuns	5-6 de setembro de 2019
Conferência Anual dos Correspondentes	Berlim, <i>Bundestag</i> e <i>Bundesrat</i>	10-11 de outubro de 2019
Conferência Europeia dos Presidentes dos Parlamentos, Reunião dos Secretários-Gerais	Estrasburgo, PACE	24-25 de outubro de 2019

PARLAMENTOS NACIONAIS DOS ESTADOS-MEMBROS DA UE

Dezembro de 2019



eleição direta



eleição indireta / nomeação / outro

<p> Belgique/België/ Belgien BÉLGICA</p> <p>Kamer van volksvertegenwoordigers/ Chambre des représentants/ Abgeordneten-kammer 150 </p> <p>Senaat/ Sénat/ Senat 60 </p>	<p> България BULGÁRIA</p> <p>Народно събрание (Narodno sabranie) 240 </p>	<p> Česká republika REPÚBLICA CHECA</p> <p>Poslanecká sněmovna 200 </p> <p>Senát 81 </p>	<p> Danmark DINAMARCA</p> <p>Folketinget 179 </p>
<p> Deutschland ALEMANHA</p> <p>Deutscher Bundestag 709 </p> <p>Bundesrat 69 </p>	<p> Eesti ESTÓNIA</p> <p>Riigikogu 101 </p>	<p> Éire/Ireland IRLANDA</p> <p>Dáil Éireann 160 </p> <p>Seanad Éireann 60 </p>	<p> Ελλάδα GRÉCIA</p> <p>Βουλή των Ελλήνων (Vouli ton Ellinon) 300 </p>
<p> España ESPANHA</p> <p>Congreso de los Diputados 350 </p> <p>Senado 208 </p> <p>58 </p>	<p> France FRANÇA</p> <p>Assemblée nationale 577 </p> <p>Sénat 348 </p>	<p> Hrvatska CROÁCIA</p> <p>Hrvatski sabor 151 </p>	<p> Italia ITÁLIA</p> <p>Camera dei Deputati 630 </p> <p>Senato della Repubblica 315 </p> <p>5 </p>
<p> Κύπρος CHIPRE</p> <p>Βουλή των Αντιπροσώπων (Vouli ton Antiprosopon) 56 </p>	<p> Latvija LETÓNIA</p> <p>Saeima 100 </p>	<p> Lietuva LITUÂNIA</p> <p>Seimas 141 </p>	<p> Luxembourg LUXEMBURGO</p> <p>Chambre des Députés 60 </p>
<p> Magyarország HUNGRIA</p> <p>Országgyűlés 199 </p>	<p> Malta MALTA</p> <p>Il-Kamra Tad-Deputati 67 </p>	<p> Nederland PAÍSES BAIXOS</p> <p>Tweede Kamer 150 </p> <p>Eerste Kamer 75 </p>	<p> Österreich ÁUSTRIA</p> <p>Nationalrat 183 </p> <p>Bundesrat 61 </p>
<p> Polska POLÓNIA</p> <p>Sejm 460 </p> <p>Senat 100 </p>	<p> Portugal PORTUGAL</p> <p>Assembleia da República 230 </p>	<p> România ROMÉNIA</p> <p>Camera Deputatilor 329 </p> <p>Senat 136 </p>	<p> Slovenija ESLOVÉNIA</p> <p>Državni zbor 90 </p> <p>Državni svet 40 </p>
<p> Slovensko ESLOVÁQUIA</p> <p>Národná Rada 150 </p>	<p> Suomi/ Finland FINLÂNDIA</p> <p>Eduskunta 200 </p>	<p> Sverige SUÉCIA</p> <p>Riksdagen 349 </p>	<p> United Kingdom REINO UNIDO</p> <p>House of Commons 650 </p> <p>House of Lords 794 </p>

RELNATPARL@EP.EUROPA.EU

WWW.EUROPARL.EUROPA.EU/RELNATPARL/EN/HOME.HTML